

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SENHORES DO MARANHÃO COLONIAL: um estudo das disposições testamentárias masculinas no Maranhão setecentista (1750-1780)

São Luís
2016

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SENHORES DO MARANHÃO COLONIAL: um estudo das disposições testamentárias masculinas no Maranhão setecentista (1750-1780)

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Bacharel em História

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marize Helena Campos

São Luís
2016

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SENHORES DO MARANHÃO COLONIAL: um estudo das disposições testamentárias masculinas no Maranhão setecentista (1750-1780)

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Bacharel em História

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marize Helena Campos (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão
Doutora em História Econômica

Prof.^a Dr.^a Antônia da Silva Mota (1^a Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão
Doutora em História

Prof.^a Dr.^a Regina Helena Martins de Faria (2^a Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão
Doutora em História

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois me sustentou na fé diante de todas as dificuldades que nasceram naturalmente nesses anos de curso, que serviram para meu amadurecimento como acadêmico e ser humano.

Aos meus pais, Antônio José e Maria Araújo, pelo incentivo que me deram, aconselhando-me que as maiores riquezas de uma pessoa são as ideias e conquistas que ela pode alcançar, adquiridas com o empenho e dedicação nos estudos.

A minha esposa, Samantha, que esteve ao meu lado em todo esse tempo; e a toda minha família que me apoiou em todos os momentos e aguardou ansiosamente esse momento de conclusão de curso.

À Prof.^a Dr.^a Marize Helena Campos, pelo acolhimento no estágio supervisionado, onde nasceu o projeto desta monografia, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a produção dessa monografia.

À Prof.^a Dr.^a Antônia da Silva Mota, pois o seu trabalho foi o objeto desse estudo, e por ela ter sido a primeira pessoa a me recepcionar no primeiro dia de curso e na oportunidade aconselhou-me a enfrentar todas as dificuldades que surgissem sem nunca desistir da graduação e assim concluí-la e experimentar a beleza do ofício de historiador.

À Prof.^a Dr.^a Regina Helena Martins de Faria, por aceitar o convite para compor a mesa dessa banca e a orientação durante o estágio supervisionado.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes no meu aprendizado. Aos amigos e colegas, que compartilharam tantas atividades, provas e seminários.

Aos colegas de trabalho, que facilitaram meus estudos nos dias em que precisei de liberação.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é trazer a luz, momentos da vida de homens de meados do século XVIII, procurando perceber um pouco da manutenção de suas atividades econômicas, devoções religiosas, como se estabeleceram nessas terras, o que cultivavam e colhiam. Percorreu-se, então, o caminho da discussão de gêneros, suas relações biológicas entre homem/mulher e sociais, onde apresenta um quadro de acomodamento de forças em alguns momentos e de rivalidades em outros. Lançou-se mão de forma inevitável da implantação da Companhia Geral de Comércio Grão-Pará e Maranhão, como elemento relevante na vida comercial do Maranhão naquele contexto setecentista. Seguiu-se então a abordagem de testamentos com relatos das últimas vontades de homens conhecidos e influentes dentro da sociedade ludovicense, tanto pelo poder econômico como pela posição pública e religiosa. Nessa decomposição dos elementos testamentários, extraídos de um conjunto de testamentos da obra *Cripto maranhense e seu legado*, obra da professora Antônia Mota (2001), relações entre esses indivíduos são desvendadas e compreendidas.

Palavra-chave: Testamento. Herdeiros. Bens. Missas. Santos.

ABSTRACT

The main objective of this work is to bring to light, moments of life in the mid-eighteenth century men, seeking to understand a little of maintaining their economic activities, religious devotions, as settled in these lands, which grew and harvested. then ran through the way of discussion of genres, his biological relationship between man / woman and social, which presents a picture of complacency forces at times and rivalry in others. It employed inevitably the implementation of the General Company of Grão-Pará and Maranhão Trade as an important element in trade of Maranhão that eighteenth-century context. Then followed the wills approach to reports of the last wishes known and influential men in the ludovicense society, both the economic power as the public and religious position. This decomposition of testamentary elements from a set of testaments of Maranhão, *Cripto maranhense e seu legado*, the work of Teacher Antonia Mota (2001), relations between these individuals are unraveled and understood

Keywords: Testament. Heris. Assets. Masses. Santos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	–	Município de Ponte de Lima.	31
Figura 2	–	Município de Viseu	31
Figura 3	–	Ilha da Madeira.	31
Figura 4	–	Évora.....	32
Figura 5	–	Lisboa	32
Figura 6	–	Vila Nova de Cerveira	32
Figura 7	–	Vila Real	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Feitura e Termo de abertura	34
Tabela 2	–	Testamenteiros que citaram filhos	41
Tabela 3	–	Afilhados	42
Tabela 4	–	Escravos.....	45
Tabela 5	–	Objetos.....	46
Tabela 6	–	Dívidas.....	48
Tabela 7	–	Valores a receber	49
Tabela 8	–	Contas	50
Tabela 9	–	Herdeiros e testamenteiros.....	51
Tabela 10	–	Saúde	54
Tabela 11	–	Irmandades.....	54
Tabela 12	–	Devoções	55
Tabela 13	–	Sepultamentos.....	58
Tabela 14	–	Missas, Ofícios e Capelas	59

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	UMA ABORDAGEM DE GÊNERO	12
2.1	O homem sob o olhar da história.....	18
3	MARANHÃO COLONIAL	20
3.1	Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.....	24
4	TESTAMENTOS	29
4.1	Naturalidade	34
4.2	Família e agregados.....	39
4.3	Ofício e profissões.....	42
4.4	Bens	44
4.5	Negócios e dívidas.....	47
4.6	Distribuição de bens e herdeiros	50
4.7	Motivos para fazer o testamento (medos, saúde, religiosidade e devoção)	52
4.8	LOCAL DE SEPULTAMENTO, ORIENTAÇÃO PÓS-MORTE (ESPIRITUAIS E PATRIMONIAIS), MISSAS E DETERMINAÇÕES.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

No decurso da graduação, cada período estudado trazia cadeiras que despertavam desejos por muitas pesquisas, sobre os mais diversos assuntos, mas foi já no seu final que se encontrou um grande ancoradouro quanto a um assunto específico a ser pesquisado para o trabalho de conclusão de curso.

O nascedouro do interesse por essa abordagem surgiu com a transcrição de documentos na cadeira de estágio supervisionado, em que testamentos que datavam em sua maioria do final do século XVIII e início do XIX, disponível de modo *on line* no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta em Guimarães, em um conjunto de Registros Paroquiais, em 18 Livros de Testamento de 18 paróquias pertencentes a Guimarães, realizado com a supervisão da Prof.^a Dr.^a Marize Campos, faziam uma reconstrução do passado de Portugal. Ali, percepções foram aparecendo naturalmente quando das relações familiares, dos negócios, planos religiosos e determinações pós-morte.

O panorama português setecentista visto nos documentos era influenciador como modelo testamentário para o ambiente colonial no Brasil. No Maranhão, por exemplo, eram feitos testamentos e inventários nos moldes da legislação portuguesa com, é claro, o acréscimo de determinações que nasceram das relações construídas na vivência da estrutura social construída no Brasil.

Essa visão investigativa já foi abordada em outros estudos, como em Cripto maranhense e seu legado, de autoria de Mota, Silva e Mantovani (2001), que abrange testamentos dos séculos XVII e XVIII. Dessa leitura em particular partiu a inquietação sobre o recorte temporal de meados do século XVIII para seu final, procurando perceber pessoas, fatos e relações que sugerissem mais informações sobre aquele momento social do Maranhão. A obra citada foi realizada a partir do exame dos testamentos em sua estrutura de feitura, da descrição pessoal dos testadores com seus planos, determinações, dos ofícios por eles exercidos, dos negócios estabelecidos, da formação familiar, da posição religiosa adotada, dos bens que herdaram ou construíram, haja vista que nesse contexto acontecia a implantação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Outra obra influenciadora do desenvolvimento desse trabalho foi Senhoras Donas, de autoria da Prof.^a Dr.^a Marize Helena de Campos (2010), que detalha a vida de mulheres na sociedade e economia do Maranhão Colonial.

Percorrendo o caminho de outras pesquisas sobre a composição e relações socioeconômicas do nordeste de 1700 a 1800, alguns discutem conflitos e/ou costumes

regionais, outros alçam questões pontuais sobre famílias, ordens religiosas e personalidades, ou tratam do significado de nomes a um tempo ou em uma localidade. Assim, esse trabalho pretende contribuir para o acréscimo de informações no ambiente acadêmico sobre os homens de meados do século XVIII.

O tema desse trabalho trata da vida do homem colonial, buscando alcançar mais conhecimento sobre homens em seus locais de atividade laboral, como estavam estruturadas suas vidas econômicas e familiares, visto que o sistema patriarcalista era o modelo de estrutura social que permeava a sociedade, identificando os que possuíam e como adquiriram, percebendo as relações senhoriais, seus compromissos financeiros com credores e devedores, além de investigar a visão no mundo religioso, descobrindo anseios, medos, devoções e planos que se colocariam em prática após suas mortes e que formaram um conjunto importante de informações sobre a História do Maranhão colonial, nos aspectos político, social e econômico no período setecentista.

Os documentos analisados encontram-se em um espaço temporal de meados do século XVIII, período em que a economia passava por mudanças como a substituição da mão de obra escrava indígena por mão de obra escrava africana, novas medidas administrativas estavam em curso com a administração de Marquês de Pombal e um grande empreendimento estava se estabelecendo, a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Transcrever os testamentos auxiliou o entendimento sobre o a interpretação social dos indivíduos que, a seu tempo, tentaram reorganizar suas vidas nos últimos dias ou na iminência evidente da morte com as pessoas da Trindade, com seus pares, escravos e outros, por meio dos ritos fúnebres (missas, rezas e terços) e esmolas dadas aos pobres, clérigos e/ou aos cofres paroquiais. Os dados coletados permitem um entendimento da vida material, como era a dinâmica das relações entre senhores e escravos e desses com a religião e o clero, aferindo a composição das riquezas, questões jurídicas e dívidas.

Assim, foram usados como suporte teórico do objeto de estudo (testamentos) os autores: Peter Burke, História e teoria social (2012), quando trata de conceitos centrais sobre família e parentesco, em que a família tornou-se um fértil campo de pesquisa, o patriarcalismo e suas formas de composição com seu percurso histórico; Fernando A. Novais, História da vida privada no Brasil (2010), que diz que a colônia é um prolongamento da metrópole, procurando manter uma população com perspectivas equivalentes; Laura de Mello e Souza (2010), no movimento do litoral para o interior da colônia, na vida cotidiana dos caminhos, fronteiras e fortificações; Leila Mezan Algranti (2010), na organização familiar e na vida

doméstica de uma sociedade estratificada; Luiz Mott (2010), nos ritos, práticas públicas e comunitárias dos sacramentos e cerimônias sacras; Mary del Priore (2010), da vida privada e pública; e Jean Delumeau, História do medo no Ocidente (1989), que relata a ansiedade sobre como é a forma da aproximação da morte.

Em relação à estrutura, esse trabalho está dividido em uma introdução e três capítulos. Sendo na Introdução explanado um panorama geral do trabalho.

O primeiro capítulo, intitulado: Uma abordagem de gênero, aponta como a historiografia foi percebendo e analisando a construção do discurso sobre gêneros.

O segundo capítulo, Maranhão Colonial e Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, trata de um histórico contextualizado da formação do Maranhão Colonial e das circunstâncias em que se deu a construção da empresa Companhia do Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Já no terceiro capítulo, Testamentos de Senhores, são abordados 15 testamentos da obra Cripto maranhense e seu legado (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001), apontando os aspectos dos testamentos já estudados em Senhoras Donas (CAMPOS, 2010), em que se investiga origem dos testadores, sua família, esposa, filhos, afilhados, herdeiros, profissões, bens herdados por herança dos pais ou matrimoniais, a forma de sustento, local de morada, disposições dos bens e últimas orientações que deveriam ser seguidas pelos legatários, herdeiros e testamentários.

Pretende-se, com esse trabalho, contribuir para o arcabouço de informações sobre a história dos homens no Maranhão, refletindo sobre seu lugar social, suas venturas e desventuras, contribuição social e econômica no cotidiano colonial.

2 UMA ABORDAGEM DE GÊNERO

Conhecemos a história a partir de um relato humano, que está encrustado em um tempo, tempo de onde o espectador floresce e perece, mas seu olhar descritivo, emocional ativo ou apático, poderá perdurar para a geração seguinte e dependendo da graça como foi concebida sua escrita, seu relato poderá ganhar um *status* que o categoriza com relevante importância historiográfica.

O vasto conhecimento do homem há muito tempo saiu do campo das ideias e permeou a oralidade e, posteriormente, os registros rústicos em pedras e outros objetos, até o advento da escrita formalizada e, por fim, a imprensa. Milênios se passaram e os registros ajudam a formar uma concepção do homem, do seu meio, de suas racionalidades e inter-relações com o outro e com aquilo que lhe é estranho. Assim, a história das civilizações está permeada de informações envoltas em músicas, contos, poesias, fábulas, leis, códigos e testamentos que quando decodificados revelam algumas trajetórias do homem.

O entendimento do comportamento de uma sociedade dá-se então quando se lança mão dos seus registros, desenterrando da sepultura do tempo seus mitos, ritos, criaturas e principalmente os heróis. Homero¹, 928 a.C., foi um poeta épico da Grécia Antiga, ao qual tradicionalmente se atribui a autoria dos poemas épicos *Ilíada*² e *Odisseia*³. O primeiro codifica os gregos em Aquiles como um homem que luta contra todos os deuses e vence com sua fúria e virilidade. No segundo, Homero relata o regresso de Odisseu, herói da Guerra de Tróia e protagonista que dá nome à obra descrevendo-o como:

[...] herói de mil estratégias que tanto vagueou, depois de ter destruído a cidadela sagrada de Troia, que viu cidades e conheceu costumes de muitos homens e que no mar sofreu mil tormentos, quanto lutava pela vida e pelo regresso dos seus companheiros.

O homem descrito nas narrativas históricas é o herói fruto do patriarcalismo, que é a definição ideológica da supremacia do homem nas relações. Para Gasparetto Júnior (2016), em seu artigo intitulado *Patriarcalismo*, esse termo tem origem na palavra grega *pater*, que já havia sido usado pelos hebreus quando citavam seus líderes, os patriarcas. Os helênicos ao usar o termo, conduzia a mulher à condição de objeto de satisfação sexual e, por

¹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mitologia_grega>. Acesso em: 3 mar. 2016.

² Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Iliada>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

³ Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Odisseia>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

consequência, um ser inferior. O contraponto do sistema patriarcal é o Matriarcalismo⁴, organização social em que se cultuava uma deusa Mãe e a mulher gravitava com supremacia. Assim, com a lógica patriarcalista, o homem percorre o tempo de uma sociedade investido de poder religioso, político, social e como figura central do seio familiar se fazendo necessário e dominante.⁶

O patriarcado exerceu *status* quase que único na liderança de sociedades e organizações humanas, em que as decisões concebidas e aplicadas tornavam até certo ponto inquestionáveis. Com o passar dos séculos, houve o acúmulo de incontáveis questionamentos que impelia o homem a uma nova condição de ser em um espaço e em seu meio.

O Patriarcalismo ainda está embutido no subconsciente das sociedades. Embora as Constituições ocidentais afirmem que há igualdade entre homens e mulheres e entre todos os indivíduos da sociedade, o Patriarcalismo ainda se manifesta de alguma forma. Suas raízes germinaram no ideário humano ao longo dos séculos e ainda hoje é preciso indicar as formas e as ocasiões em que aparece o efeito do patriarcado para fazer valer o ideal de igualdade entre as pessoas (GASPARETTO JÚNIOR, 2016).

Para Giffin (2005), em seu artigo A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico, o mundo está organizado de forma binária, na forma como se opõem e se hierarquizam, como razão/emoção e corpo/mente.

Durante anos os homens foram inseridos como objeto nos estudos segundo este modelo, frequentemente referido como “patriarcal”: racional, ativo no público, na produção da ciência e da cultura, provedor, sexualmente “irresponsável”, poderoso, universalizado na sua dominação, Homem com ‘H’ maiúsculo. O outro lado desta moeda é a Mulher: emotiva, voltada ao mundo privado da reprodução dos filhos, cuidando das relações de afeto, sexualmente passiva, dependente, obediente, universalizada na sua opressão. Na confrontação entre Homem e Mulher nas relações sociais, fossem na esfera doméstica ou no público, as vantagens todas, segundo os valores dominantes da sociedade individualista, competitiva e monetarizada, pareciam ser dos Homens (GIFFIN, 2005, p. 48)⁵.

Kaufman (1987) teoriza que a dominação da época atual é uma transmutação da autoridade patriarcal para um ser de conflito entre o macho e o masculino, em que sentimentos são suprimidos e há uma construção social frágil, implicando no surgimento de reações violentas contra mulheres e outros homens. O modelo binário da naturalização dos dois sexos é analisado por Donald Lowe (1995) que “[...] mostra que um modelo de anatomia humana de dois sexos é relativamente novo, tendo sido introduzido no Ocidente no século XVII”.

⁴ Termo aplicado às formas gineocráticas de sociedade, nas quais os papéis de liderança e poder são exercidos pela mulher e especialmente pelas mães de uma comunidade. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_matriarcal>. Acesso em: 3 mar. 2016.

⁵ Núcleo de Gênero e Saúde, Departamento de Ciências Sociais, Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz. Rua Leopoldo Bulhões, 1.480/9o andar, Manguinhos, 21041-210, Rio de Janeiro-RJ. karengi@ensp.fiocruz.br.

Foucault discute que somente a partir do século XVIII e na burguesia é que a sexualidade emerge como categoria discursiva separada, instituindo a ideia de identidade sexual. Ele diz que “[...] o próprio poder que incitou essa proliferação de discursos, através da igreja, da escola, da família, do consultório médico. Essas instituições não visavam proibir ou reduzir a prática sexual; visavam o controle do indivíduo e da população”. (SILVA, 2011, p. 01).

As relações de gêneros se estruturam pelas articulações entre trabalho, poder e acatexia (sentimentos de amor, ódio e raiva) de forma ampla e complexa, afirma Connell (1987), um dos teóricos mais conhecidos dessa geração, em seu livro *Gênero e poder*. Mas, posteriormente, acrescenta que é necessário um estudo mais apurado das relações dialéticas de aliança, dominação e subordinação que constroem as masculinidades.

Connell (1987) usa o termo “dividendos patriarcais” para ressaltar que vem diminuindo a legitimação da dominação masculina com o advento da cultura feminista, estes dividendos compreendem representação política, riqueza empresarial, controle dos meios de violência e salários maiores (CONNELL, 1995). Connell (1995) afirma, ainda, que uma grande parcela dos homens não se beneficia destes dividendos: “[...] por exemplo, os jovens da classe operária, economicamente despossuídos por causa do desemprego estrutural, podem não ter qualquer vantagem em relação às mulheres em suas comunidades”.

Giffin (2005) acrescenta ao estudo de gênero uma discussão em que o homem é problematizado como sujeito histórico com aspectos ainda não tão visíveis.

Adotaram uma visão dialética e histórica da realidade social dos gêneros, que relaciona o indivíduo com as ideologias e instituições sociais, sem determinismos, mas também sem voluntarismos, num processo de constituição mútua, antítese da ótica binária da ciência objetivista (GIFFIN, 2005, p. 55).

Pierre Bourdieu, em um artigo publicado em 1990 e, posteriormente, como livro intitulado *A dominação masculina* (2003), não trabalha claramente o conceito de gênero, mas aborda a dominação masculina com uma perspectiva simbólica, em que a força imprimida dissimula-se nas relações, que causa de forma peculiar uma violência simbólica. Para Bourdieu (1997, p. 189-203), “Homens e mulheres constroem o mundo, mas o fazem com formas e categorias construídas pelo mundo social, que eles nem escolhem nem inventam”.

Torrão Filho (2005), em *Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam*, traz o surgimento na historiografia na segunda metade do século XX. Ao lado dos conceitos de classe e raça, o gênero descortina o discurso do oprimido.

As teorias pós-estruturalistas⁶, a teoria de relação de objeto, mais precisamente, limita o conceito de gênero à esfera doméstica e da família, além de alargar a distância da visão de produção de identidade de gênero e gênese da transformação de estruturas (TORRÃO FILHO, 2005, p.133).

Joan Scott (1995) aborda o tema gênero, como categoria útil à história das mulheres e dos homens, criando possibilidades analíticas das hierarquias e desigualdades sociais. O conceito de gênero nasce, então, como oposição do determinismo biológico nas relações entre sexos, transformando paradigmas tradicionais. Segundo Scott (1995, p. 129), “[...] o gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade”.

Scott usa gênero com abrangência e discute três lugares teóricos para estudo de gênero:

[...] a primeira, uma tentativa feminista de entender as origens do patriarcado; a segunda se situa numa tradição marxista e busca um compromisso com a crítica feminista; e a terceira se divide entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, inspira-se em diversas escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1995, p. 132).

Na análise das deficiências das três posições teóricas, Scott (1995, p. 132) ressalta:

A teoria do patriarcado não mostra como a desigualdade de gênero estrutura as demais desigualdades, as marxistas estão muito presas à causalidade econômica e não explicam como o patriarcado se desenvolve fora do capitalismo, além de haver, por parte do marxismo, uma tendência a considerar o gênero um sub-produto das estruturas econômicas cambiantes.

Scott definiu gênero como primeiro modo de significar as relações de poder baseado nos dois sexos. Para ela, as relações de dominação da história que envolvem conceitos de classe e regime autoritários, constituem-se na categoria de gênero, encarcerando homens e mulheres no mesmo lugar, aos quais a história deve libertá-los, pois são, segundo Scott (1995, p. 136), “[...] ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes, pois que, quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições alternativas, negadas ou reprimida”.

Mas a autora expõe o dilema da diferença e da desigualdade binária, em que a masculinidade oprime o feminino, sendo esse a grande ameaça à heterossexualidade do

⁶ O pós-estruturalismo instaura uma teoria da desconstrução na análise literária, liberando o texto para uma pluralidade de sentidos. A realidade é considerada como uma construção social e subjetiva. A abordagem é mais aberta no que diz respeito à diversidade de métodos. Em contraste com o estruturalismo, que não afirma a independência e superioridade do significante em relação ao significado, para eles os dois são inseparáveis, os pós-estruturalistas não veem o significante e o significado como inseparáveis e sim como separáveis. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pos-estruturalismo>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

homem, que tem sua masculinidade vetada às mulheres, para o mundo não ficar às avessas. “Portanto, homens homossexuais rebaixam seu sexo escolhendo estar abaixo de outros homens; e as mulheres lésbicas, por sua vez, usurpam um poder que não lhes pertence, e ao qual sequer podem usar, já que são desprovidas dos meios da consumação da masculinidade” (SCOTT, 1995, p. 144).

Para Vânia Carneiro, o decifrar da construção de gênero é observada na cultura material, nas moradias, organizações espaciais das cidades,

[...] os arranjos de mobiliário, o modo como são mobilizadas as qualidades ergométricas de determinados objetos da casa, a ornamentação dos objetos pessoais e domésticos, as regras de decoração, as especializações dos cômodos, a rotina doméstica e os trabalhos que ela envolve, [todos eles são capazes de] produzir e reproduzir diferenças de natureza sexuada (CARVALHO, 2001, p. 15).

Em Gênero e conforto nas práticas cotidianas do sentar-se: São Paulo (Brasil), 1870-1920, Vânia Carneiro (2001) ensaia um dos vieses da construção do masculino e do feminino, por meio da dinâmica do corpo como objeto e como se projeta novos desafios para a compreensão da natureza das representações, valores e sentidos. Com essa ótica, a postura e as disposições dos indivíduos sociais são geradores das desigualdades entre homens e mulheres, balizados pelos sistemas simbólicos e de comunicação. O modo de sentar e o uso de cadeiras assim como a disposição das pessoas em uma roda de conversa formal ou apenas social, a exemplo das tribos, define quem são os chefes e os subordinados, o lugar do homem e da mulher. Cadeiras, então, trazem uma distinção simbólica dos gêneros, que segundo estudos, tendem a distanciar o feminino e a acomodar com distinção o masculino (TORRÃO FILHO, 2005, p. 135).

Os homens predominantemente usavam cadeiras de balanço, mobiliário típico do século XIX, que permitia um uso confortável em meio a situações formais, já as mulheres,

[...] suas funções de mediadora social fizeram com que elas preferissem redes e sofás, móveis que propiciavam um maior contato com o outro. Na rede, a mulher podia compartilhar o lugar com pessoas íntimas – crianças, amigas, parentes ou parceiros masculinos. Sentadas com as pernas para um dos lados, as mulheres usavam-na como conversadeira. O sofá convida ao contato, à comunicação, expressa laços de amizade e de intimidade (CARVALHO, 2012, p. 6).

Berenice Bento (2015), em seu livro *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*, aborda três obras que tratam de gênero de uma perspectiva universalista: *E a sociedade: uma revisão teórica* (ROSALDO, 1979 apud BENTO, 2015), fazendo contraponto com o texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (SCOTT, 1995), lembrando da preocupação gerada nos Estudos de gênero (nomenclatura consolidada nos anos 80),

Na obra *A mulher, a cultura e a sociedade* (ROSALDO; LAMPHERE, 1979), os capítulos *Estrutura familiar e personalidade feminina* (CHODOROW, 1979, p. 65-94) e *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?* (ORTNER, 1979, p. 95-120), abrange os estudos sobre a história das mulheres nos artigos e livros na década de 70, trazendo o termo gênero com sua conotação neutra, além da erudição com seriedade, sem parcialidade acadêmica e objetividade.

Scott (1995) explica que o termo gênero atrela-se à busca da compreensão epistemológica das relações entre gênero, já o estudo de mulheres liga-se à militância política⁷.

Segundo Berenice Bento, o modelo de análise que está surgindo busca responder perguntas sobre as diferenças entre gêneros, que cria e dinamiza a manutenção dos poderes; como as representações simbólicas fazem a percepção dos sexos, e que sentido dá a organização e a percepção do conhecimento histórico.

Em um evento ocorrido em março de 1997, em Brasília, chamado Plenária Nacional das Trabalhadoras Rurais, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; a autora apontou que discutir, distinguir e analisar gênero é uma tarefa complexa (CONTAG apud BENTO, 2005, p. 51):

[...] as palestrantes fizeram uma exposição destacando o processo social de construção dos gêneros. Tiveram de repetir as explicações diversas vezes, pois havia uma dificuldade clara da plenária em compreender (ou talvez aceitar) que ninguém nasce com os atributos comportamentais do gênero masculino e do gênero feminino, cada sociedade elabora formas para definir padrões comportamentais para cada gênero.

Três dimensões são usadas para conceituação de gênero Scott (1995), estas por vez são usadas por Bento (2015, p. 62). São elas:

Relacional: não existe “o masculino” e “o feminino” em si, como entidades substantivadas. Por meio da perspectiva relacional, pode-se perceber como determinadas conjunturas históricas são estruturadas a partir da interação dos gêneros e como os gêneros estruturam-se a partir de determinadas relações sociais. *Histórico*: para se entender as relações de gênero, é necessária uma contextualização histórica, caso contrário, corre-se o risco de percebê-las como algo fixo. *Contextual-situacional*: vincular o estudo de gênero a contextos culturais específicos. Nesta dimensão, as variáveis tempo e espaço têm um papel central (grifo do autor).

⁷ Epistemologia é o ramo da filosofia que trata da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, especialmente nas relações que se estabelecem entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Nesse sentido, pode ser também chamada teoria do conhecimento ou gnosiologia. Em sentido mais restrito, refere-se às condições sob as quais se pode produzir o conhecimento científico e dos modos para alcançá-lo, avaliando a consistência lógica de teorias. Nesse caso, identifica-se com a filosofia da ciência. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Epistemologia>>. Acesso em: 12 março 2016.

Nancy Julia Chodorow (1979) lançou uma explicação sobre personalidade e comportamentos sexuais a partir de fundamentos psicanalíticos. Talvez por ser feminista, ela aborde a questão relacional mãe-filho e mãe-filha, assim o processo de construção da personalidade do filho e da filha dá-se primeiramente com a mãe (até os três anos, fase pré-edipiana para ambos). Na fase edipiana, após os três anos, a filha continua sua identificação com a mãe e com o filho surgirá uma identificação com o masculino do pai para substituir a identificação primária da mãe (BENTO, 2015).

Para ela os ritos de passagens da menina são mais tranquilos e bem acompanhados pela mãe com quem possui fortes laços, já com o menino esses ritos são mais dolorosos e traumáticos, pois tem que provar que é homem constantemente. Assim, enquanto a relação da filha com a mãe é pessoal; a do filho, pela ausência do pai no lar, deve ser posicional, implicando no surgimento de quatro componentes da identificação com o masculino:

- 1) A masculinidade torna-se e permanece uma questão problemática para o menino;
- 2) Negação de vínculos de dependência;
- 3) Desvalorização e repressão da feminilidade;
- 4) A identificação com o pai é norteadora por um processo de interiorização dos papéis masculinos que não são imediatamente compreensíveis (BENTO, 2015, p. 65).

Contra a abordagem de Chodorow (1979), a sociedade da tribo Mundugumorque, estudada pela primeira vez pela antropóloga Margaret Mead, durante seus estudos de campo em Papua Nova Guiné de 1931 a 1933, apresenta ideais de homens e mulheres bem diferenciados do ideal de Chodorow. A exemplo, a violência e a agressividade são elementos balizatórios e estruturantes da formação da personalidade, o estrato familiar é dividido ao ponto de os pais preferirem as filhas e as mães aos filhos, pois não há harmonia na relação de indivíduos do mesmo sexo sem a preexistência de uma hostilidade natural,

[...] a maternidade é quase sempre indesejada. Há inúmeros tabus que devem ser obedecidos quando a mulher está grávida e quando a criança nasce. O transtorno é ainda maior para a mulher quando nasce uma filha, que será do marido e não dela. A relação mãe-filha é marcada pela desconfiança, inveja, ciúme, rivalidade (BENTO, 2015, p. 69).

Até o ato de amamentação é marcado por um repúdio da mãe ao filho caso ele não mame rápido, diminuindo o contato com a genitora. Por sua vez a fome e a ânsia por comida, que tem que ser saciada de forma rápida, quando interrompida gera aborrecimento para mãe e fúria para a criança.

2.1 O homem sob o olhar da história

Pode se concluir que essa questão do estudo das estruturas dominantes e de dominados, como se enquadra o patriarcado, carece de muito mais exame acadêmico diante de uma vasta gama de documentos existentes, como testamentos e outros livros de registros, para se esmiuçar e entender mais as questões que a contemporaneidade continua levantando sobre esse tema. Pois, o homem (masculino) tracejou uma vida de pai, provedor, desbravador, conquistador, precursor de povos e povoamentos, deixando marcas no mundo como aquele que tem seu domínio sobre o fazer uma história a qual é entendida como patriarcal. Conceito esse que já está ao lado do matriarcalismo.

Para entender melhor estas duas conceituações, surgem as discussões de gêneros, em que as categorias de sexos ajudam a decifrar a dinâmica dos comportamentos dos homens e mulheres. Estudos dos homens buscam uma compreensão de como se organiza as relações não apenas entre homens e mulheres, mas de homens entre si, propiciando o entendimento da formação de identidade de gênero.

São muitas as funções alcançadas pelos resultados de estudos sobre gêneros nas últimas quatro décadas e o desconforto presente implica no uso de ideias apropriadas por movimentos que ainda não amadureceram muitos conceitos, como é o caso do radicalismo feminino que pleiteia uma luta contra uma ordem machista do mundo. O interessante a ser buscado é a compreensão mais ampla das relações descobertas entre homens, mulheres, gênero e não criar uma rivalidade entre eles, pois essa discussão já perdura há algum tempo entre raça, classe e gênero, sem se chegar a um consenso.

3 MARANHÃO COLONIAL

O Maranhão colonial do século XVIII teve sua construção em um ambiente social e arquitetônico, em que já havia passado por um núcleo de povoamento como o deixado pelos franceses em 1612, assim como o reflexo de diversas urbanizações ocorridas em outras regiões do Brasil. Segundo Luciana de Fátima de Oliveira (2008), em seu artigo *A vila de Bragança, rios e caminhos: 1750-1753*, as organizações urbanas, suas povoações e moradias no nordeste eram modestas em função do baixo empreendimento em relação a São Paulo. Ela escreve:

[...] esses nascentes núcleos urbanos devem ser vistos como parte de uma colonização em que há a criação de uma ampla retaguarda rural. Esses núcleos funcionavam assim, muito mais como instrumentos de ação político-administrativa da Coroa na organização da produção e controle do território. As vilas representavam a presença da Coroa através do seu preposto, o Donatário que, através do sistema de sesmaria, da fundação e aldeamentos e de outras medidas, agiam no sentido de garantir em longo prazo o processo de territorialização da colônia (OLIVEIRA, 2008, p. 189).

Notadamente, o surgimento inicialmente das vilas ainda nos séculos XVI e XVII, que são a gênese das cidades do interior e cidades litorâneas, como São Luís, apresenta certa espontaneidade em sua configuração espacial, conforme afirma Grete Soares Pflueger (2002, p. 28):

[...] observou-se que algumas vilas e cidades brasileiras fundadas no século XVII, sem a presença de engenheiros e militares, apresentavam aspectos de espontaneidade na implantação das primeiras edificações religiosas, civis e militares. No entanto, seguiam regras determinadas pela Coroa portuguesa como a escolha do sítio e a implantação dos conjuntos religiosos e civis. Contudo, no século XVIII a consolidação das cidades exigiu do planejamento urbano a sistematização dos traçados para a sua expansão, impulsionadas pelo intenso movimento comercial entre Portugal e o litoral brasileiro. Nesse momento, ruas e quadras envolvem os conjuntos originais conformando um traçado com regularidade.

Nesse momento, a população era rarefeita, mas espalhada pelo interior da província, vivendo do plantio, caça e criação de viveres, seu deslocamento para aglomerados maiores, como vilas, só ocorriam em ocasiões de realização ou resolução de negócios, enterros, casamentos e batizados, sendo ainda poucas as vilas e cidades, existiam assim, apenas São Luís, Alcântara, Icatu e pequenas povoações na ribeira dos rios (MOTA, 2006, p. 42).

A população no início do século XVIII ainda não estava inteiramente contabilizada, em virtude da ausência de contagem integral dos nativos indígenas (MOTA, 2006, p. 45).

Os registros oficiais para estabelecimento de moradias passavam pelo pedido de chão à Câmara e manteve um ritmo lento até a década de 80. No geral, a população era constituída basicamente por:

[...] soldados, alferes, sargentos, capitães, o clero, ferreiros, pedreiros, pescadores e outros. Depois se diversificava: negociantes e muitos sem ocupação definida. Também mulheres solteiras e viúvas. Alguns brancos, poucos índios e negros e uma imensa maioria de mestiços (MOTA, 2006, p. 45).

Os séculos de colonização, em especial o XVIII, apresentaram importantes acontecimentos administrativos. Ao longo dos séculos XVI e XVII, a mão de obra indígena foi predominante no Estado do Maranhão. Para Felipe de Alencastro, as Leis de liberdade indígena e do Diretório na região do Grão-Pará, estavam com objetivos outros, além da política específica quanto aos aldeamentos e às populações indígenas, pois estabelecia uma política mais ampla de vinculação daquela região ao comércio atlântico, criando uma demanda permanente pela mão de obra africana. E quanto aos aldeamentos e à incorporação das populações indígenas, estas Leis propunham, de uma só vez, abolir o poder das ordens religiosas e promover a miscigenação não apenas cultural como também biológica entre as populações nativas e os colonizadores (SANTOS, 2002).

Sobre o indígena, Rafael Rogério discute que por meio do nome cristão e da vila a qual pertenciam, apareciam dois fatores utilizados para mostrarem seus lugares e participações no projeto metropolitano, além disso, também é uma forma de perceber que se inseriram dentro da dinâmica colonial, aprendendo os códigos culturais europeus e os utilizando para moverem-se e adaptarem-se dentro daquele universo (SANTOS, 2012, p. 2).

Mas essa inclusão indígena na vida colonial trazia outro revés, que são as revoltas. Apesar de já estarem inseridos no interior da vida colonial, alguns índios tomavam atitudes diversas daquelas estipuladas pelos agentes da administração portuguesa, como, por exemplo, rebeliões, a saída temporária da população na qual viviam para evitar trabalhos onerosos, as fugas, enfim, resistiam e buscavam meios para garantir certa autonomia (SANTOS, 2012, p. 3).

De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, colaborar com os europeus e aldear-se podia significar, portanto, uma forma de resistência adaptativa, por meio da qual os povos indígenas buscavam rearticular-se para sobreviver o melhor possível no mundo colonial. Em vez de massa amorfa, simplesmente levada pelas circunstâncias ou pela prepotência dos padres, autoridades e colonos, os índios agiam por motivações próprias, ainda que pressionados por uma terrível conjuntura de massacres, escravizações e doenças. Eles

empenhavam-se por algumas mudanças e aprendizados, porém tinham nisso seus próprios interesses, e atribuíam-lhes rumos e significados próprios (ALMEIDA, 2009, p. 30).

Caio Prado Júnior (2007) levanta um questionamento de que as leis faziam parte de uma estratégia mais ampla de incorporação da população indígena, visando tornar o indígena efetivamente um habitante na colônia, refletiam os interesses naturais, profundos e de longo prazo da Coroa contra ambos, colonos e jesuítas.

Segundo Lima (2009), entre os sobrenomes de famílias que se tornaram proeminentes por consórcios, riquezas e alianças familiares estão os: Belfort, Vasconcelos, Leal, Souza, Vieira da Silva e Lamagnère. Esse autor discorre que:

[...] consórcios, por sua vez, soma-se ainda famílias de origem portuguesas de menor prestígio (em geral funcionários régios), aos “desbravadores-estrangeiros” e também ramos familiares portugueses de origem nobre. Essa conjunção de grupos formou o que podemos considerar como a elite social, econômica e política que predominou durante boa parte do século XIX e ajudou a moldar o sistema político do Império brasileiro (LIMA, 2009, p. 35).

Em relação aos negros vindos da África, são poucas as informações pertinentes ao local de procedência e à quantidade de indivíduos que foram transportados no final do século XVII e início do século XVIII, há poucas suposições de que vieram em sua maioria de Angola. Chambouleyron discorre que os registros existentes apontam a região de Mina e Guiné como exportadores escravos para o Maranhão setecentista. Esse comércio também estabelecido pela Companhia do Comércio do Maranhão ajudou a determinar uma dinâmica e especificações dos cultos afro-brasileiros no Maranhão (CHAMBOULEYRON, 2006).

Assim, a inserção do negro africano de forma mais efetiva foi tardia no Maranhão. E foi em meados do setecentos que o Ministério Pombalino implementou políticas de incentivo e de criação de comércio escravista mais regular.

Enquanto em outros lugares da Brasil Colônia já havia uma montagem de um projeto para funcionamento do sistema agroexportador desde os séculos XVI e XVII, no Maranhão esses eventos só se desenrolaram a partir de metade do século XVIII, sendo de responsabilidade das companhias de comércio o incremento do tráfico negreiro e a sua comercialização. A partir de então, o Maranhão se transformou em uma área importante no cultivo e comércio de arroz e de algodão (SILVA, 2013).

O arroz no Maranhão ajudou a Europa a se intercontinentalizar por meio da exploração monopolista deste cereal que ganhava grande consumo entre o povo ocidental. A origem de seu cultivo remete-se em especial aos africanos da Alta-Guiné, território da África Ocidental. Eles detinham uma fama de exímios produtores do arroz *Oryza Glaberrima*

(origem africana), com conhecimento específico, foram ambicionados por muitos proprietários em muitas regiões e localidades (BARROSO JÚNIOR, 2011, p. 108).

A Europa encontrou no arroz um elemento para sustentar-se em um processo de eurocentralização comercial por meio da imposição de tributos, ou ainda das cobranças de aduana em cada um dos portos espalhados pelo mundo, além da determinação dos contratos monopolistas e das companhias de comércio. Para estabelecer uma confiável estrutura comercial, faziam-se necessárias grandes áreas de fazendas sobre um modelo de *plantations*⁸.

Reinaldo Barroso descreve:

[...] delinear os meandros da exportação do algodão e, sobretudo, do arroz como o principal item no mercado exportador do estado entre os anos de 1770 e 1800. Em seguida, evidenciar a região da África Ocidental como uma excelente região de produção do arroz, com técnicas, instrumentos e agrupamentos étnicos africanos específicos. E, por fim, ponderar sobre a relação discursiva entre a larga produção do arroz no território do Estado do Maranhão e Piauí e a exportação de escravos “qualificados” para a produção desse arroz da África Ocidental. O interessante nessa relação é a curiosa mão-de-obra africana especializada na produção do arroz maranhense: um escravo, um artigo, um instrumento particularmente importante para os fazendeiros e governadores do Estado do Maranhão e Piauí (BARROSO JÚNIOR, 2011, p. 110).

No último quartel do século, o arroz perdeu posição diante do algodão, porém em cartas expedidas à Corte entre os anos de 1770 a 1789, foi muito bem mencionado. Esse sucesso que em sua ascensão suprimiu outros produtos deveu-se aos investimentos de Joaquim de Melo e Povoas, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, de 1761 a 1775, e do Estado do Maranhão e Piauí, de 1775 a 1779. Além do arroz, gravitavam nesse mercado produtos como: sacas de cacau, paneiros⁹ de gergelim, café, cera, atanado, vaquetas¹⁰ e outros (BARROSO JÚNIOR, 2011).

O arroz maranhense ganhou e trilhou os caminhos do comércio ultramarino, agregando o nome de Arroz de Veneza. Assim era chamado todo arroz produzido no Maranhão, tendo como característica ser vermelho, nativo, miúdo, quebradiço e de baixa

⁸ *Plantation* é, portanto, um sistema agrícola, e foi bastante utilizado durante a exploração das Américas, visto que aqui se possuía um solo fértil e propício para o cultivo das mais variadas espécies vegetais. Foram cultivadas principalmente as plantas tropicais, já que se adaptavam bem ao clima e às condições do solo, fazendo com que os gastos fossem muito menores. Dentro desse mega-sistema agrícola, um país apoiava sua suposta economia no cultivo de apenas uma espécie vegetal, fazendo com que essa fosse levada para fora do país. Para a concretização, muitas vezes foi usada a mão de obra escrava ou indígena, bem como a dominação de classes mais baixas, camponeses que não possuíam terras e eram obrigados a trabalhar nas plantações alheias a troco de praticamente nada. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/plantation/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

⁹ Paneiro é um recipiente feito com a palha da palmeira do coco babaçu, muito comum na vegetação maranhense, capaz de suportar até 30 kg de determinado produto. Informação adquirida por meio da cultura popular maranhense. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/paneiro/>>. Acesso em: 14 jun. 2016

¹⁰ Vaquetas eram pedaços de couro bem fino e macio para forros de vestimentas e outros objetos. Informação adquirida por meio da cultura popular maranhense. Disponível em: <<http://www.vaquetas/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

qualidade de produção. Não demorou para haver tentativas de substituição pelo Arroz de Carolina, *Oryza Sativa* (origem asiática), que era mais branco, alongado e fino. Mas a tentativa inicial de cultivar o Arroz de Carolina, que possuía uma melhor qualidade, não logrou muito êxito, tanto que o governador Joaquim de Mello baixou uma medida radical, em 1776, determinando que esse arroz fosse cultivado:

“[...] que nenhum lavrador de qualquer qualidade ou condição pudesse semear outro arroz que não fosse o da Carolina, sob pena de sofrer, sendo livre, um ano de cadeia e de pagar cem mil réis”, enquanto os escravos poderiam ser punidos com “dois anos de calcêta e, nesse espaço, interpolado de surras” e o índio só dois anos da dita calceta, argola de ferro atada aos pulsos, tornozelos ou na cintura durante a execução dos trabalhos forçados. A medida radical surtiu efeito e a produção do dito “produto nativo” se manteve em níveis de subsistência, escondida nos pequenos plantios na mata, levemente fechada, enquanto o Arroz de Carolina tomou lugar no cultivo de plantations para exportação (BARROSO JÚNIOR, 2011, p. 113).

Já o algodão no Maranhão ganhou a dianteira comercial em virtude da grande necessidade das fábricas têxteis da Inglaterra, que nesse momento deixara de contar com a produção norte-americana em virtude da declaração da independência das treze colônias inglesas, em 1776. Entre 1760 e 1771, as exportações de algodão passaram de 651 para 25.473 arrobas. O movimento de navios no porto de São Luís, inicialmente de três, atingiu 26 em 1788. Em 1780, o algodão respondia por 24% das exportações do Brasil Colônia, superado apenas pelo açúcar, que liderava com 34%. Mas a política econômica da época não estava sobre os pilares de fortalecer a colônia e sim enriquecer a Coroa Portuguesa. Como consequência, no aspecto agrônômico, o solo maranhense apresentava queda da fertilidade natural com rapidez, devido ao manejo não apropriado às condições ecológicas dos trópicos úmidos, o que obrigava a busca de novas fronteiras agrícolas. As plantações de algodão eram transferidas a cada três anos para novas áreas de mata (BARBOSA, 2005, p. 21).

O algodão, no último quartel do século XVIII, permitiu a acumulação de capital necessária para a futura industrialização das cidades de São Luís, Caxias e Codó, no século seguinte. Em torno do algodão ocorreram alianças políticas e latifundiárias, evidenciado em muito um ambiente coronelístico. Esse período de florescimento do algodão, que se estendeu desde a segunda metade do século XVIII até meados do século XIX, provocou um elevado crescimento da população da capital (PEREIRA FILHO, 2015).

3.1 Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão

A instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão fazia parte de um conjunto de medidas administrativas portuguesas para a Colônia. Criada por

Marquês de Pombal, com a ideologia mercantilista com caráter monopolista, destinava-se a controlar e fomentar a atividade comercial do Estado do Grão-Pará e Maranhão (composto das capitâneas principais do Pará e Maranhão e das subalternas do Piauí e Rio Negro), unidade administrativa independente do Estado do Brasil, porquanto diretamente ligada a Lisboa. Reordenada em 1751, quando a capital passou de São Luís para Belém, em virtude de uma redefinição política e estratégica das conquistas do Norte, vigorou até 1772-1774, quando foi desmembrada em duas unidades que permaneceram subordinadas à Lisboa: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí (SANTOS, 2011).

Seu nascedouro deu-se mediante uma petição feita pela Câmara Municipal de São Luís do Maranhão, em 1752, ao governador e capitão-general, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, surgindo assim a Companhia, diante também da proibição da escravidão indígena. Ela era parte integrante dos planos de reestruturação econômica de Portugal. Essas organizações acabariam por controlar a entrada e saída dos produtos das colônias portuguesas, antes realizadas, em sua maioria, por comerciantes estrangeiros (RODRIGUES, 2006).

Com ela intensificou-se um comércio de importação de escravos africanos, ideia aceita pelo governador e encaminhada a seu meio irmão Marquês de Pombal. A Companhia foi fundada oficialmente em 7 de agosto de 1755, com um capital social de 1.200.000 cruzados, 1.164 ações, no valor de 400\$000 réis cada uma. Segundo o estatuto da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a estrutura da empresa, no que dizia respeito ao corpo político compunha-se de 1 provedor, 8 deputados, 1 secretário, 3 conselheiros do corpo de comércio, além de agentes auxiliares administrativos, como guarda-livros, encarregados de armazéns, escriturários, etc.

O negócio miúdo foi vetado para a empresa. Os preços dos produtos a serem comercializados foram fixados nos artigos 23 e 24 do estatuto de 1755. As fazendas secas não podiam ser vendidas com mais de 45% sobre o primeiro custo em Lisboa, e se fossem vendidas a crédito, seriam acrescentadas com mais 5% por ano, na proporção do tempo que durasse a liquidação. Já as fazendas molhadas eram oneradas com 15% livres de frete, direitos e outras despesas de compra, embarque, entrada e saída. Somente o sal era vendido ao preço fixo de 540 réis o alqueire (RODRIGUES, 2006 p. 4.).

Naquele contexto de meados do século XVIII, esperavam-se alterações urgentes e significativas na organização da produção e da distribuição de mão de obra; na circulação de mercadorias (em função, inclusive, da introdução da moeda metálica no Estado, em 1749) e tributação decorrente, e na recuperação do aparato defensivo das capitâneas. Anterior à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, havia a Companhia de Comércio do Maranhão – antes responsável em atender a demanda de escravos do Estado do Grão-Pará

e Maranhão e de abastecer o Grão-Pará. Além disso, grande parte dos escravos ficava no Maranhão por ocasião de já haver uma lavoura capaz de absorver a mão de obra africana ainda de demanda irregular e pouco constante para a região amazônica (SANTOS, 2011).

Detendo o monopólio, previam-se grandes vendas de escravos para as capitanias do Grão-Pará e Maranhão, propondo o desenvolvimento da agricultura e comércio. Esse monopólio era autorizado por vinte anos e contava com o apoio dos navios da Armada Real como escolta, seus funcionários tinham o reconhecimento oficial por estarem à serviço de El-Rei, o que garantia prioridades nas alfândegas com suas mercadorias e foro especial em suas causas, esses privilégios foram ampliados pelo Alvará Secreto de 1757.

Mas nem todos estavam satisfeitos com a atuação da Companhia Geral, um deles era a Companhia de Jesus que também explorava a região, o padre Manuel Ballestre afirmou em sua igreja em Lisboa: "[...] quem entrar nesta Companhia não entrará na de Cristo, nosso Redentor" (MATTOS, 2012, p. 33).

Essa constatação rendeu-lhe o desterro da Corte. Em São Luís, o descontentamento dos jesuítas foi exposto pelo padre Bento da Fonseca, vice-provincial dos jesuítas e procurador das Missões no Maranhão, que também instigou no bacharel em Direito, João Tomaz de Negreiros, que peticionou à Coroa Portuguesa, o descontentamento dos comerciantes locais, alegando concorrência desleal. O resultado dessa ação foi a detenção do bacharel, do religioso, de comerciantes apoiadores da petição e padres que instigassem a população de seus púlpitos (CASTROWEB, 2016).

Mas o grande contra ponto contra a Companhia de Jesus, era sua opulente prosperidade em contraste com a pobreza alastrada dos colonos. Na década de 1720, na região do Grão-Pará era possível contabilizar cerca de 63 missões, cuja população totalizava 54.216 índios. Quando os jesuítas foram expulsos por Pombal, em 1759, seus bens foram confiscados pelo Estado. Suas fazendas produziam arroz, algodão, aguardente, milho, feijão, tabaco e continham grande número de cabeças de gado (RODRIGUES, 2006).

Seus acionistas eram de várias camadas sociais, em sua maioria, portugueses, havendo ainda dois do Pará, dois do Maranhão e um da Bahia. Dentre eles, padres, capitães, sargentos, coronéis, condes, abadesas, intendentes, administradores, confrarias, colégios, irmandades. Observa-se um número razoável de mulheres acionistas, dentre as quais a Marquesa de Pombal e a Rainha (RODRIGUES, 2006).

Mesmo com críticas, a Companhia agregou benefícios ao Maranhão. São Luís é um exemplo:

[...] o comércio com a metrópole, antes incipiente, floresceu. Se, até então, o movimento resumia-se a um navio por ano para a Metrópole, entre 1760 e 1771 setenta e um navios dali partiram para o reino, transportando, em seus porões, cargas de algodão, arroz, cacau, gengibre, madeira e outras. Com relação ao movimento de escravos, calcula-se que, até 1755, data de sua criação, ingressaram apenas três mil africanos no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Entre 1755 e 1777, esse número saltou para doze mil. A aquisição dessa mão de obra em Cacheu, Bissau e Angola era financiada pela Companhia (CASTROWEB, 2016, p. 7).

Como aparato logístico naval, a Companhia possuía entre as regiões de Bissau, Cacheu, Angola e o Maranhão uma frota composta por naus de guerra, naus mercantes, galeras, corvetas, bergantins, lanchas, chalupas, escunas, lambotes. Então, o Estado do Grão-Pará e Maranhão importava manufaturas como tecidos, ferramentas, louças, perfumaria, vinhos e alguns gêneros alimentícios, exportando algodão, drogas do sertão, arroz e couro, dentre outros produtos, os produtos manufaturados de Portugal serviam para compra desses escravos (RODRIGUES, 2006).

Como a Companhia não podia fazer negócios miúdos que compreendiam menores que 100 mil reis, muitos tripulantes e agentes administrativos, realizaram um comércio paralelo que acabou por lesar em muito a vida financeira da empresa (RODRIGUES, 2006).

O fim do governo do Marquês de Pombal marcou também a extinção da Companhia por Maria I de Portugal que pôs fim ao monopólio em 25 de fevereiro de 1778, em um momento chamado de “Viradeira”¹¹, mas sua liquidação real só se deu em 1914.

Nathália Maria, ainda acrescenta:

A Companhia também incentivou os lavradores e exportadores de algodão no Grão-Pará, e de arroz no Maranhão. Seus investimentos serviram para fundar estabelecimentos beneficiados de arroz. No Grão-Pará foi criada uma fábrica de tecidos, que produzia fardamentos militares. Contudo, os incentivos aos lavradores do Grão-Pará na cultura do algodão de modo algum prejudicaram os interesses da companhia, uma vez que a produção destinava-se, em sua maior parte, à exportação, cujo negócio seria feito juntamente com a Companhia. No Maranhão, o arroz vermelho, abundante na região, foi substituído pelo arroz da Carolina, de maior aceitação no mercado internacional (RODRIGUES, 2006, p. 9).

Mas debruçando um olhar mais minucioso e menos simplista sobre a historiografia antes de Pombal, onde imperava a miséria, encontra-se o refutamento da professora Antônia da Silva Mota, na obra *Família e fortuna no Maranhão Colonial*, em que ela escreve:

¹¹ Viradeira é designação que se dá ao período que se iniciou a 13 de março de 1777 com a nomeação por D. Maria I de novos Secretários de Estado, em substituição do Marquês de Pombal. Neste período deu-se uma progressiva quebra do controlo estatal sobre muitas das áreas económicas, com a extinção de alguns dos monopólios mercantis estabelecidos por Pombal, e permitiu-se uma retoma da influência da Igreja e da alta nobreza sobre o Estado. Muitos dos presos políticos foram libertados e muitos nobres foram reabilitados, incluindo alguns a título póstumo. (Ver SOARES, 1983).

[...] ao se basearem somente em fontes oficiais, os historiadores acabaram por construir uma visão superficial sobre o contexto histórico vivido pelo Maranhão no século XVIII. Embora a maioria dos que ocupavam esta vasta região estivesse ao nível da subsistência na primeira metade do setecentos, já vinham se desenvolvendo desde o século XVII atividades ligadas ao extrativismo e algum cultivo ligado ao açúcar. Na primeira metade do século XVIII, tomam proporção as ações relacionadas à criação de rebanhos vacum e cavalariço, para atender à agroindústria açucareira pernambucana e baiana. Portanto, havia o desenvolvimento na região de atividades econômicas, sendo que naquele momento elas estavam direcionadas para atender ao mercado interno (MOTA, 2006, p. 31).

Como exemplo da pré-existência de uma criação de rebanho vacum e cavalariço, Manoel Barbosa de Abreu em seu testamento feito em 1758, deixa “Sinco Bois e Sinco vacas”; para Maria Barbosa, dos gados vacum, “Cavallos” e “fabricas” que lhe pertenciam na “Fazenda da Madre de Deos”. Francisco Tavares Coelho no testamento feito em 1759 possuía na Ribeyra do Monim uma fazenda intitulada São João com mais ou menos mil cabeça de gado vacum, mais ou menos duzentas vacas; e mais cavalos que se encontram em um lugar chamado “Pasto dos Cavalos” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 118).

4 TESTAMENTOS

Os testamentos estudados auxiliam o entendimento de quem eram alguns indivíduos que compunham a comunidade maranhense, mais precisamente, moradores da Ilha de São Luís, pois neles estavam refletidas vivências dos tempos setecentistas, através de sua atividade profissional, meios de renda, formação familiar, heranças transmitidas e bens adquiridos. Para tanto vale lembrar o que diz Caio Prado Júnior (2007, p. 19), em *Formação do Brasil Contemporâneo*: “[...] todo povo tem na sua evolução, a vista à distância um certo sentido”.

O Código Philipino de 1603, era o regulador da forma como os testamentos seriam produzidos, na primeira parte estavam as questões espirituais, invocando a Trindade, missas pela salvação e procedimentos e ritos fúnebres de acordo com a vontade do testador, outra parte trata dos assuntos financeiros, como seus bens e dívidas, instituição dos herdeiros, reconhecimento dos filhos e declaração de alforria, na parte final encontram-se as datas de elaboração, aprovação e abertura do documento. Havia algumas observações como a que não permitia que pessoas cegas fizessem testamentos, a não ser na presença de um escrivão e cinco testemunhas. A lei promulgada pelo ministro Marquês de Pombal, de 25 de junho de 1766, proibia e tornavam nulos os testamentos escritos por qualquer pessoa eclesiásticas ou secular, a favor de sua família ou parente ou ainda a qualquer confraria ou corporação religiosas, feitos após o início de uma doença grave ou agudado testador (SILVA; RODRIGUES, 2012).

Sobre a naturalidade dos testadores, incluem alguns de origem europeia, como clérigos e outros que lá deixaram familiares, possuindo no Brasil algum número de posses ou ofício, contando com indivíduos ligados à administração ou à igreja, outros são de nativos que adquiriram bens por trabalho próprio ou relações matrimoniais.

Traçando um perfil dos testadores, identifica-se que dos quinze testamentos analisados, apenas quatro são de homens com naturalidade brasileira: Pedro Fernandes, natural de Olinda de Pernambuco; Rafael Arcangelo, José de Figueiredo Soldado e Joze Garcia Pereyra eram naturais da cidade de São Luís. Entre os demais, dez eram de origem portuguesa ou de locais colonizados, como a Ilha da Madeira; e um, Mathias Duarte Souza, não declarou o local onde nasceu ou foi batizado.

Dentre os portugueses, Manoel Barbosa de Abreu era natural de Ponte de Lima, Arcebispo de Braga do Reyno de Portugal¹² (Figura 1); Francisco Tavares Coelho, da Vila o Concelho de Santa Maria, Bispo de Vizeu Comarca de Euqueyra¹³ (Figura 2); Manoel Jorge, da Villa de Algebarrota; Manoel Alvres Branco e Manoel Rodrigues Janella, eram naturais da Ilha da Madeyra¹⁴ (Figura 3); Thomaz Ferreira da Camera, da cidade de Evora¹⁵ (Figura 4); Manoel Francisco Marques, natural da cidade de Lisboa¹⁶ (Figura 5); Miguel Ayres Maravilha, da Freguezia, e Coyto de São Pedro de Gravás, Bispo de Orins; João Roiz Covette, natural da Villa Nova de Cerveyra¹⁷ (Figura 6); e Joze Alves de Carvalho, natural de Pordello, Comarca de Villa Real¹⁸ (Figura 7).

¹² Ponte do Lima é uma vila portuguesa no Distrito de Viana do Castelo, região do Norte e sub-região do Minho-Lima. É caracterizada pela sua arquitetura medieval e pela área envolvente, banhada pelo Rio Lima. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_de_Lima>.

¹³ Viseu é uma cidade portuguesa pertencente à região Central. Sendo a maior cidade do centro de Portugal, seguida de Coimbra. É também capital de Distrito com o mesmo nome. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Viseu>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

¹⁴ A ilha da Madeira é a principal ilha do arquipélago da Madeira, situado no oceano Atlântico, a sudoeste da costa portuguesa. Constitui, conjuntamente com Porto Santo, Ilhas Desertas e Ilhas Selvagens, o arquipélago da Madeira e a Região Autónoma da Madeira, que tem como capital a cidade do Funchal. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_da_Madeira>. Acesso em: 3 jul. 2016.

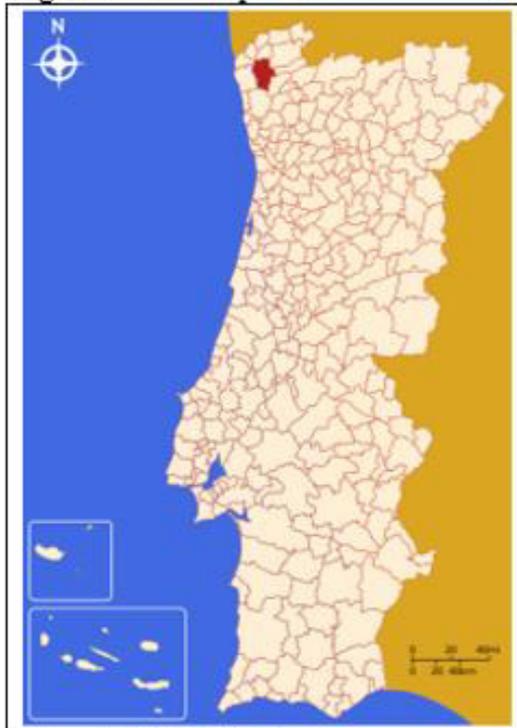
¹⁵ Évora é uma cidade portuguesa, capital do Distrito de Évora, na região do Alentejo e sub-região do Alentejo Central. Évora é a única cidade portuguesa membro da Rede de Cidades Europeias mais antigas. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Evora>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

¹⁶ Lisboa é a capital de Portugal e a cidade mais populosa do país, é o centro político de Portugal, sede do Governo e da residência do chefe de Estado. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lisboa>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

¹⁷ Vila Nova de Cerveira (conhecida frequentemente apenas por Cerveira) é uma vila portuguesa no Distrito de Viana do Castelo, região do norte e sub-região do Minho-Lima, com cerca de 1 400 habitantes. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Vila_Nova_de_Cerveira>. Acesso em: 3 jul. 2016.

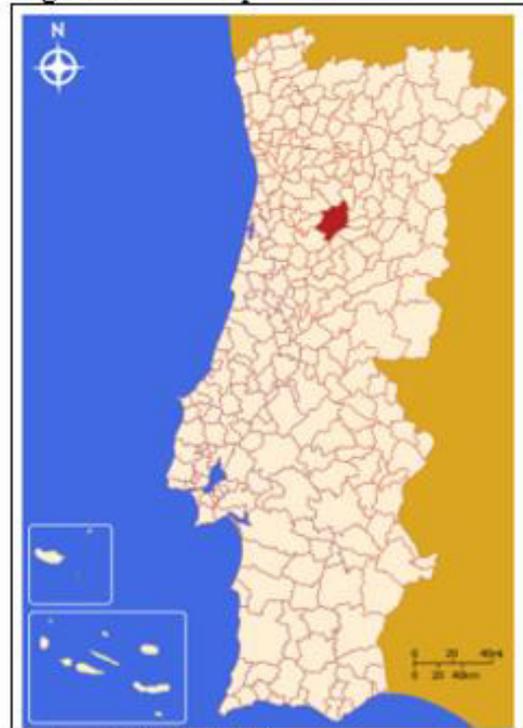
¹⁸ Vila Real é uma cidade portuguesa e capital do Distrito de Vila Real, situada na Região Norte e sub-região do Douro e na antiga província de Trás-os-Montes e Alto Douro. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Vila_Real>. Acesso em: 3 jul. 2016.

Figura 1 – Município de Ponte de Lima



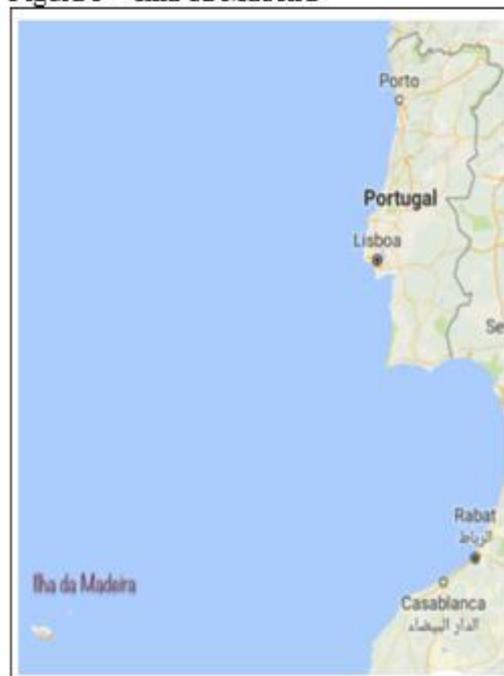
Fonte: Wikipédia (2016).

Figura 2 – Município de Viseu



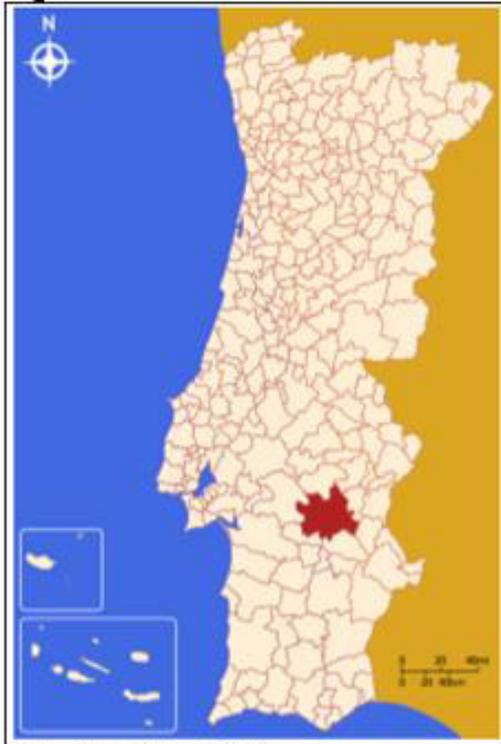
Fonte: Wikipédia (2016).

Figura 3 – Ilha da Madeira



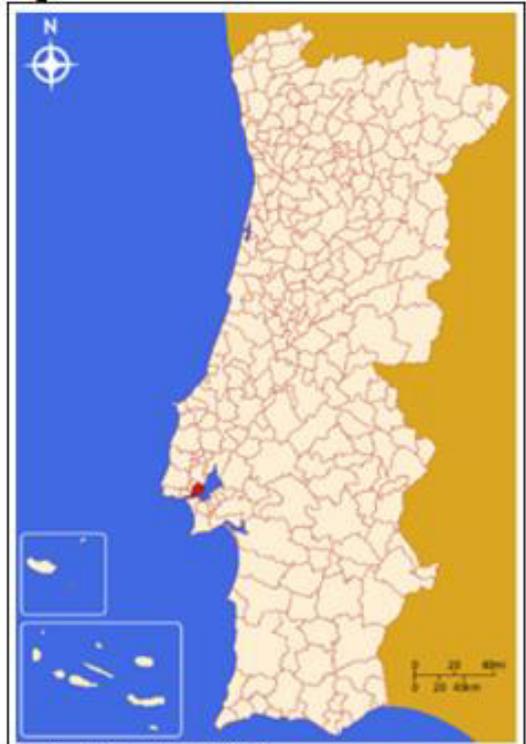
Fonte: Wikipédia (2016).

Figura 4 – Évora



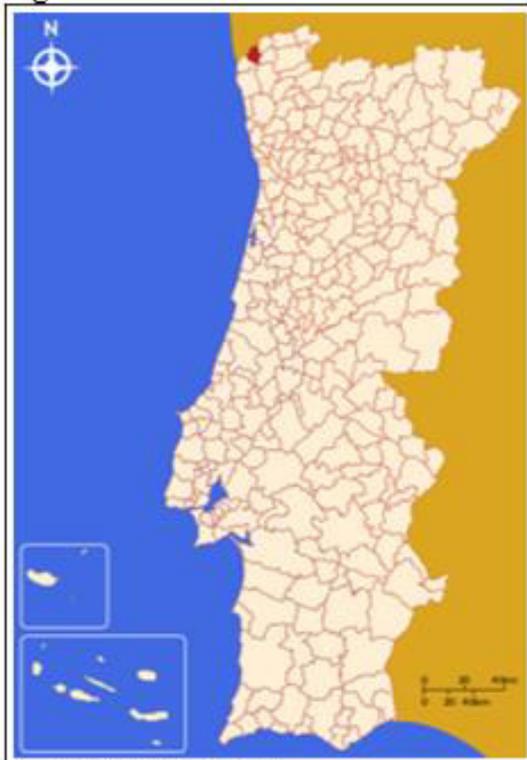
Fonte: Wikipédia (2016).

Figura 5 – Lisboa



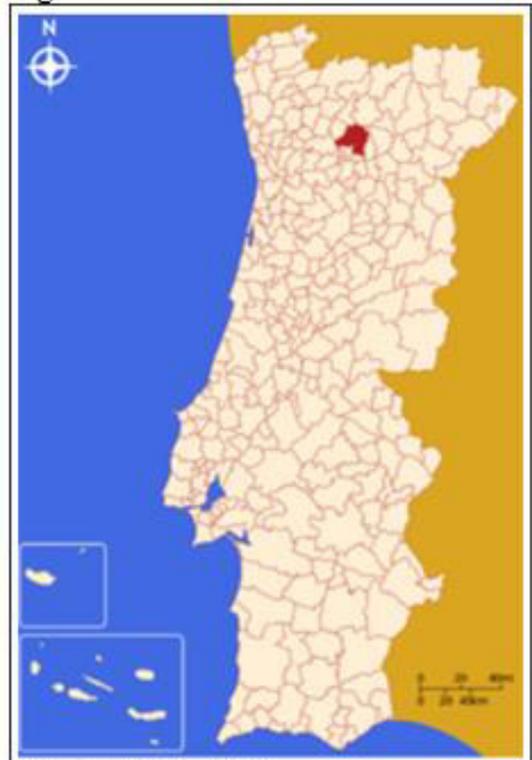
Fonte: Wikipédia (2016).

Figura 6 – Vila Nova de Cerveira



Fonte: Wikipédia (2016).

Figura 7 – Vila Real



Fonte: Wikipédia (2016).

No livro *Famílias e Fortunas no Maranhão Colonial*, de Antônia Mota (2006, p. 44), a população do Maranhão colonial é apresentada inicialmente e basicamente por pescadores, pedreiros, ferreiros, o clero, capitães, sargentos, alferes e soldados, logo depois se diversifica surgindo comerciantes, alguns sem ocupação definida, contando ainda com mulheres solteiras, viúvas, alguns brancos, poucos índios e negros e muitos mestiços.

Na administração desse sistema estava a figura de homens localizados no ápice da sociedade, detentor de grande extensão de terras (latifúndios) e da monocultura. Assim, os bens que agregavam davam o sentido a sua figura e a condição de ser servido.

A decifração visual dessa sociedade era notória também pelas vestimentas usuais tanto dos homens de posse como dos servos (escravos) entre outros. Na época os homens coloniais da elite deveriam usar ternos para ocasiões formais,

[...] feitos de tecidos como casimira de lã ou seda, esses ternos eram enfeitados com botões destacados. Homens que faziam parte das classes superiores encomendavam ternos feitos sob medida em Londres, mas outras maneiras de trajes formais incluíam coletes, calças de listras feitas em veludo, blusas brancas e meias. O complemento seria uma peruca empoada e sapatos de couro enfeitados com fivelas de metal polido (NIKOLAI, 2012).

Para se adaptar às altas temperaturas do verão, “[...] homens das classes superiores se vestiam com roupas informais, escolhendo calças e meias feitas com tecidos facilmente laváveis, como linho e algodão” (NIKOLAI, 2012). Os ternos eram trocados por casacos sem forro e coletes leves, também de linho ou algodão. Como transpiravam ao longo dos dias de verão, “[...] eles usavam seus coletes para esconder qualquer sinal de suor, enquanto uma boina leve e fina protegia a cabeça do homem do sol escaldante” (NIKOLAI, 2012).

Os donos de terra coloniais queriam que todos os escravos, cujos dias consistiam em trabalhar nos campos e realizar tarefas domésticas, se vestissem de maneira igual, assim roupa de um escravo homem consistia em:

[...] uma camisa de linho, meias de lã e um gorro de malha, e essas roupas eram feitas de tecidos baratos importados comprados especificamente para vesti-los. As roupas femininas incluíam uma espécie de manto feito de chita, e aventais. Tanto homens quanto mulheres escravos tentavam personalizar suas roupas usando seus cabelos de maneira elaborada, lenços para envolver suas cabeças e costurando pedaços de tecido decorativos em suas roupas (NIKOLAI, 2012).

Nas declarações dos testamentos deixados por estes homens, constatam-se as raízes familiares, bens adquiridas e construídas, a devoção religiosa, desejos na iminência da morte e a relação social e afetiva com os da sua convivência, sendo parentes ou escravos.

A média de tempo entre a data da feitura e a da abertura é de 12,5 meses, sendo a abertura a data provável do falecimento. No caso de Mathias Duarte Souza e Joze Garcia

Pereyra, que alegaram estarem molestados, faleceram com 6 (seis) e 4 (quatro) dias, respectivamente, após aprovação de testamento, mas Manoel Alvres Branco, que alegou está com boa saúde, faleceu vinte e dois dias após fechar seu documento.

Tabela 1 – Feitura e Termo de abertura

Nº	FEITURA	TESTADORES	TERMO DE ABERTURA
1.	1758	Pedro Fernandes	1765
2.	1758	Manoel Barbosa de Abreu	1759
3.	1759	Mathias Duarte Souza	1759
4.	1759	Francisco Tavares Coelho	1760
5.	1759	Manoel Jorge	?
6.	1760	Rafael Arcangelo de Souza	?
7.	1761	José de Figueredo Soldado	?
8.	1762	Manoel Alvres Branco	1762
9.	1763	Joze Garcia Pereyra	1763
10.	1764	Manoel Rodrigues Janella	1767
11.	1767	Thomaz Ferreira Camera	1768
12.	1769	Manoel Francisco Marques	1770
13.	1770	Miguel Ayres Maravilha	1772
14.	1771	João Rodriguez Covette	1772
15.	1776	Joze Alves de Carvalho	1777

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1 Naturalidade

a) Pedro Fernandes

Natural de Olinda de Pernambuco, filho legítimo de Manoel Duarte e Maria da Conceição, casado duas vezes, sendo que da primeira mulher, chamada Lourensa de Santiago (defunta), teve três filhos: Bonifácio, Frutuozo Duarte Cardoso e Tereza de Jezus. No segundo matrimônio, com Anna Luiza, não teve filhos, possuía escravos legítimos, sendo eles: Lina, trinta anos (cafuzo e filha de Rozario Pretta), as três filhas de Lina, Angela (mais ou menos treze anos), Catherina (quatro anos) e Florencia (nove meses).

b) Manoel Barbosa de Abreu

Natural de Ponte de Lima, “Arcebispo de Braga do Reyno de Portugal”, sendo filho legítimo de Pascoal Dantas Barboza e Maria de Abreu Pinta (defuntos), foi casado com Anna de Souza Alvres, por carta de “a metade”, tendo com ela quatro filhos, todos defuntos. Possuía uma fazenda chamada Madre de Deos, localizada na “Frequezia de São Bento das

Balzas do Estado do Maranhão”, gado vacum, cavalo, “fabricas”, “dezasette femeas de Besta seu Pay e hu potro” e os seguintes escravos:

[...] Antonio Cego velho; Luís Criollo; Eugenio Mestiço; Francisco criollo; Francisco Xavier mulato; Manoel mulato; Theodozio mulato; Angelo mestiço; Roza Criolla; Luiza mestiça; Luciana mulata; Maria mestiça; Juliana mestiça; Gertrudes mulata; Vrsula; Guilherme mulato; Pascoa Gege; Cosme; Damiana e suas filhas; Apolinario e Ludovico (filhos de Damiana); Simião e João filhos das escravas Mariana Crioula e Joanna Gege, já velhas; Ignez crioula e seus filhos (Joze Damazo, João Baptista, Diogo Faustino, Jozefa, Andreza, Antonia, Felicia e Acliciana) e um neto, chamado Lourenso, filho de Jozefa (MOTA, SILVA, MANTOVANI. 2001,p. 104).

c) Mathias Duarte Souza

Não declarou de onde era natural, não fez declaração de bens, mas referiu ser casado com Dona Roza da Assunção, tendo com ela seis filhos: Francisco Duarte, Rafael Arcangelo, Mathias Jozé, Dona Vrsula Francisca, Dona Rita Angélica e Dona Francisca de Paula, todos herdeiros forçados.

d) Francisco Tavares Coelho

Natural da Vila “o Concelho de Santa Maria”, Bispado de Vizeu Comarca de Euqueyra, filho legítimo de Antônio Fernandes Couto e Domingas Vicente Coelha (já falecidos). Nunca foi casado, nem teve herdeiros forçados, só uma filha natural por nome Nazaria Tavares Coelha, instituída como universal herdeira junto com os filhos de Antônio Alvras. Possuía: na Ribeyra do Monim, uma fazenda intitulada São João com mais ou menos mil cabeça de gado vacum, mais ou menos duzentas vacas; e mais cavalos que se encontram em um lugar chamado “Pasto dos Cavalos” em um sítio que deu por escritura a uma índia por nome Quiteria Coelho e seus descendentes por ela ter sido sua serva; um sítio chamado Santo Agostinho; terras em Varge Grande; em Parnahiba, outro sítio chamado São Francisco; um escravo da Costa de Mina por nome Faustino, mais nove ou dez alforriado e “Rossa Roda com seos apetreixos carro alfayas e todas as ferramentas tao´be´ de Carapina e armas de fogo as que se acharem selas efreyos das Fabricas”.

e) Manoel Jorge

Natural da Villa de Algebarrota, filho legítimo de João Coelho e Caterina Jorga, casado na “cidade do Maranhão, distrito de Tapuitapera, na Villa de Alcantra de Santo Antonio capitania do Cumá com Anna Geralda de Azevedo natural da dita Vila de Tapuitapera, tiveram vários filhos com três vivo: Eugenio, Joze e Luis”. Possuía “hua morada de caza”, metade de sobrado e outra térrea, quatro escravos dos gentios de Guiné, pretos a saber uma fêmea por nome Joanna e seu filho por nome Ignacio, Simão preto, Antônio de quarenta anos e outros de vinte, ainda um sítio com uma roda de fazer farinha, um taxo grande, várias miudezas, caixas, trastes, roupas de uso, um rolo de pano a juro que deve ser pago a filha de Manoel Guarida, sirôlas, uma camisa e um habito.

f) Rafael Arcangelo

Natural da cidade de São Luís, filho legítimo de Mathias Duarte de Souza (defunto) e sua mulher Dona Roza Bernadina da Assumpção, casado com Francisca Thereza do qual matrimônio não gerou filhos. Possuía moradas de casas em que habitava, dois escravos Antonio e Costodio, bens móveis, dos quais de tudo sua mãe é meeira junto com sua mulher.

g) José de Figueiredo Soldado

Natural de São Luís, solteiro, filho de Victoria de Jezus, não declarou quem era seu pai nem seus bens.

h) Manoel Alvres Branco

Natural da Ilha da Madeyra, filho legítimo de Manoel Alvres Branco e de Maria da Luz (defuntos), foi casado na cidade de São Luís com Bernada Rodrigues (defunta), do qual matrimônio não teve filhos, nem possuía herdeiros forçados para herdar os bens. Possuía: dois rapazes, um cafuzo por nome José e outro preto por nome João, ambos filhos de sua preta Susana, escrava de “Caxeo”; duas caixas de três palmos; cada uma de madeira da terra; dois tamboretas; uma cadeira; um “catre”; dois machados pequenos; um ferro de “cova” com bastante uso; dois lençóis de pano fino da terra; duas toalhas, uma toda “aredada”; duas fronhas de travesseiro de pano fino da terra, “arrendadas”; os testamenteiros deveram avaliar e vaneder “em praca”.

i) Joze Garcia Pereyra

Natural da Vila onde morava, filho legítimo de João Garcia e sua mulher Domingas da Silva. Foi casado com Clara Pacheca (defunto), com a qual teve oito filhos vivos: Francisca Thereza (casada com João Amorim Ribeyro, 1º testamenteiro), Antonio Nogueyra, (2º testamenteiro), Manoel Joze, João Ignacio, Quiteria Maria Anna, Luis Domingues e Felis Francisco. Possuía “moradas de cazas, térreas”, escravos, gado, canoa, carros, bois de carro, ferramentas. Declara que fez duas casas de pedra e cal, ainda não acabadas para João de Amorim.

j) Manoel Rodrigues Janella

Natural da Ilha da Madeyra, filho legítimo de Antonio Rodrigues Ribeiro e sua mulher Maria Gonsalves, batizado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, foi casado duas vezes na Cidade de São Luís do Maranhão, a primeira com Florência de Souza, com quem teve três filhos: Josefa, Ague e Inácio Rodrigues Janella. Com Dona Isabel de Castilho, não teve filhos. Possuía um escravo por nome Antonio (preto de mais ou menos cinquenta anos), alguns caboclos, forros pela lei, uma casa de varas, umas ferramentas, alguns trastes que fez doação, um mulato por nome Francisco e sua mulher Paulica (preta), um escravo por nome Mathias (preto) e sua mulher Martinha (preta) e seu filho Gonçalo (moleque) e mais Anna e Ifigenia (pretas), casas na “cidade do Maranhão” no bairro Santo Antonio, defronte do “Caçacú”, dois tambores, um bofete, um escravo por nome Valentim (falecido), um mulato por nome Jerônimo.

k) Thomaz Ferreira da Camera

Natural da cidade de Evora, filho legítimo de Francisco de Britto Mouzinho e sua mulher Dona Joanna da Camera (ambos defuntos), nunca foi casado nem tinha herdeiros, possuindo uma escrava por nome Andreza com uma filha por nome Maria do Espirito Santo, as quais pôs em liberdade, forras e isentas de toda a “penção serviçal”.

l) Manoel Francisco Marques

Natural da cidade de Lisboa, batizado na freguesia de São Paulo, filho legítimo de Julião Francisco e Joana Micaella (defuntos), não possui herdeiros forçados, foi casado na “cidade do Maranhão”, com Maria Duarte, com quem teve um filho chamado Pedro Paulo, que faleceu ainda solteiro. Possuía uma caixa grande que deixa para sua afilhada Antonia Pinheyro; duas canastras, uma grande e outra pequena, essa última deve ser dada a sua afilhada Jozepha, filha de Brigida e Sebastião. A canastra grande deixa ao padre Manoel da Graça; uma serra; um grão de pedra; uma enxo que deixa a seu afilhado e sobrinho João, filho de Manoel Rodrigues Borichoca; casas; terras no Iguahiba; algumas ferramentas; uma casa com quintal murado, vizinho do padre Balthazar Fernandes de Bayrros; uma arma de fogo; uma toalha de Bertanha; uma almofadinha; uma rede grande de fio branco e azul; trinta mil réis. Deixa tudo a sua afilhada Maria Jozepha de Siqueira, mulher de Antonio Rodrigues, moradores no Rio Miarim.

m) Miguel Ayres Maravilha

Natural da “Freguezia, e Coyto de São Pedro de Gravás Bispado de Orins”, filho legítimo de Pedro Alonso dos Ayres e de Bernarda de Egaz (defuntos), declarou que possuía bens de raiz móveis e submoventes:

“hum faqueiro aparelhado com huma dúzia de colheres outras de garfos de prata e huma dúzia de facas com cabos da mesma; mas quatro Colheres, e quatro garfos de prata Separados; Huma Salva, com seu púcaro de prata; hum par dito prateado; três pares de fivelas de prata para Capatos; Hum aparelho de diamantes que Consta de Rossicler e brincos; Tres de ouro em huma cayxinha; Vinte e outro escravoz machos entre pequenos e grandes; Sete escravas femeas; Huma bacia de arame; Dous Taxos grandes de Cobre, com sento sessenta e huma Libras e Meya Legoa de terra de criar já demarcada em Pirâpindiba na paragem chamada Jabutitua [...]; Mil duzentas Cabessaz de gado vacuum que athe o presente, produto de tres anos, um pouco em Najatuba; Dous Lotes de Egoas que tenho entre huma e outra parte; Huma poucas de Ovelhas que tenho em huma e outra parte; nas fazendas todo o preciso de Sellas, freyos, ferros de marcar, e todo o mais acessório para a Sua fabrica; Hum Citio para lavoura com cazas de vivenda, de fornos em terras aforadas ao Reverendo Conigo João Marques da Sylva com huma Roda de relar mandioca com todoz os mais accessorioz precisos de um lavardor; Dous carros inda novos com todoz os seus aparelhos precisos; Doze juntas de boys de carro para o Serviço e miudezas; Huma legoa de fazendaz nesta cidade; Varios vestidos do meu uso, roupas brancas” (MOTA;SILVA;MONTOVANI, 2001, p. 249).

Na terra de onde é natural possui

[...] huma pouco de terra que comprey lavradia, em varias partes além de outra que herdey de minha May, huma morada de Cazas térrea na minha Freguezia, huma vacas que deyxe a juros em mão de hum homem huma vinha e parreyras, vários castanheyros (MOTA;SILVA;MONTOVANI, 2001, p. 249).

n) João Roiz Covette

Natural da Villa Nova de Cerveyra e criado desde os seis anos na freguesia de “San Tiago de Sopo Commarca de Valença Arcebisbado de Braga”. Filho legítimo de João Rodrigues Covette e de Izabel Gomes (defuntos), não tendo herdeiros forçado nem necessário, possuía bens e títulos na “Fraguezia de San Tiago de Sopa”.

o) Joze Alves de Carvalho

Natural de Pordello Comarca de villa Real, filho legítimo de Gonçallo de Carvalho e Maria Alvares Mourôa (falecidos), era solteiro e “disimpedido”, sem “legítimo herdeiro forçado, pois seu único filho natural chamado Francisco era defunto, possuía “três prazos de bom rendimento”, propriedades, moinhos, casas, um espadim de prata e escravos: João, Joze, Caetano, huma preta por nome Maria Clara com os filhos (Filipe, Manoel, Vicente, Maria, Raimunda e uma criança de peito) e um preto velho por nome Antonio Gallo.

4.2 Família e agregados

Em sua maioria, todos eles fizeram questão de ressaltar que eram filhos legítimos de seus pais, dando importância à família nuclear com pai, mãe e filho nascido de uma situação conjugal lícita aos olhos da igreja e do povo, com exceção de Mathias Duarte Souza que não citou seus pais, José de Figueiredo Soldado, que deu como referência genealógica apenas sua mãe, Victoria de Jezus, ficando essa como sua universal herdeira.

Sobre o estado civil, constata-se que seis eram casados, 40%; quatro eram solteiros, 26,62%; dois viúvos, 13,33%; um não afirmou ser viúvo ou divorciado, 6,66%; e dois eram clérigos, 13,33%. Apesar de não serem registrados os dias de seus nascimentos se supõe que ao momento da feitura dos testamentos, todos teriam idade superior a trintas anos, partindo do ponto que alguns já haviam contraído matrimônio por duas vezes e com filhos também já casados, além de bens que custaria algum tempo para adquirir caso não estivessem recebidos de herança.

Apenas quatro citaram de alguma forma seus irmãos: Rafael Arcangelo tinha seu irmão Francisco Duarte como testamenteiro; Thomaz Ferreira da Camera, destinou a suas irmãs, Dona Joanna da Camera e Dona Maria Cecilia da Camera no Convento de Cister da cidade de Evora, certidões de verbas; Manoel Francisco Marques, tinha como irmãos Manoel Rodrigues Borichoca e Melchor Rodrigues; e Miguel Ayres Maravilha que tinha como irmão Bernado Ayres, o qual sustentou, vestiu e deu dois escravos escolhidos por ele, pelo trabalho que teve com seus escravos e lavoura, ajustando suas contas em papel sem ficar devendo nada.

O casamento naquele momento colonial constituía também uma instituição social de *status* e respeitabilidade, que era almejado por indivíduos dos povoados, vilas e da cidade. Esse desejo, em muito, se devia à catequização da igreja que usava os ensinamentos religiosos para manter uma paz social na população, pois os princípios cristãos já introduzidos entre os colonos ajudavam a manter a estrutura social portuguesa. Homens e mulheres eram chamados para regularizar suas situações conjugais e abandonarem o que era tido como “comportamento escandaloso”, quando essa união não tinha uma legalização religiosa e civil. Desse modo, o casamento alargou o espaço da interferência da igreja de forma ativa, passando ela a tentar deter a luxúria, educando os instintos, criminalizando o prazer e fazendo com que as pessoas se comprometessem conforme seus preceitos catequéticos e civilizadores impostos. Isso não significa a inexistência de casamentos arranjados, forçados e a contínua procura por realizações sexuais fora do casamento (PIMENTEL, 2005).

Das quatro esposas que nos testamentos constam como defunta: Lourença de Santiago, primeira esposa de Pedro Fernandes; Bernada Rodrigues, esposa de Manoel Alvres Branco; Clara Pacheca, esposa de Joze Garcia Pereyra; e Florencia de Souza, esposa de Manoel Rodrigues Janella; apenas das duas últimas constam inventários feitos após sua morte pelo seu esposo, “[...] com a morte de sua mulher, foi feito inventário dos bens e repartidos entre os herdeiros, faltando receber a parte que lhe cabe apenas Francisca” (PACHECA apud MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 174).

Foi feito um inventário dos bens do casamento, onde foi repartido entre os filhos e a parte que lhe tocou foi um escravo por nome Antonio (preto de mais ou menos cinquenta anos), alguns caboclos, forros pela lei, uma casa de varas, umas ferramentas, alguns trastes que fez doação (SOUZA apud MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 184).

Anna de Souza Alvres, esposa de Manoel Barbosa de Abreu havia sido casada anteriormente como Domingos de Souza Queirôz (defunto), com o qual teve dois filhos, João

(defunto) e Antonio de Souza Queirôz (vivo), não registrando nenhum bem-vindo do seu matrimônio passado.

Francisco Tavares Coelho deixa em seu testamento vestígios da escravidão indígena e atrelado a esse fato, a possibilidade de haver entre ele e uma escrava por nome Quiteria, uma relação que possibilitou o nascimento de um menino, o qual ele teve o cuidado e preocupação em educar,

[...] declaro que por meu falecimento Sendo Antonio Rodrigues Cardozo vivo se lhe dará des mil reis para hum capote de esmola pelo amor de Deos e aquilo que ele dicer que eu lhe Sou devedor de gastos do Rapazinho Domingos filho da India Quiteria pois lho entreguey para o mandar emsinar a ler e o vestisse a minha custa, e Como me Consta que de tudo isto tem Feyto bem he que se lhe pague de minha Fazenda (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 120).

Quanto a João Roiz (Rodrigues) Covette, não teve filhos, pois era padre da Catedral de São Luís, mas deixou muitos bens a parentes e pessoas próximas. Cinco dos testadores não declaram ter filhos, sendo eles: Rafael Arcangelo de Souza, José de Figueredo Soldado, Manoel Alvres Branco, João Rodriguez Covette e Thomaz Ferreira Câmera.

Dos que citaram possuir filhos estão:

Tabela 2 – Testadores que citaram filhos

TESTADORES	FILHOS
Pedro Fernandes	Bonifacio (defunto), Frutuzo Duarte Cardoso e Tereza de Jezus.
Manoel Barbosa de Abreu	João (defunto), Antonio de Souza Queirôz (vivo) e 4 defuntos.
Mathias Duarte Souza	Francisco Duarte, Rafael Arcangelo, Mathias Jozé, Dona Vrsula, Francisca, Dona Rita Angela e Dona Francisca de Paula.
Francisco Tavares Coelho	Nazaria Tavares Coelho.
Manoel Jorge	Eugenio, Joze, Luis outros filhos defuntos.
Joze Garcia Pereyra	Francisca Thereza, Antonio Nogueyra, Manoel Joze, João Ignacio, Quiteria Maria, Anna, Luis Domingues e Felis Francisco.
Manoel Rodrigues Janella	Josefa, Ague, Inacio Rodrigues Janella.
Manoel Francisco Marques	Pedro Paulo
Miguel Ayres Maravilha	Pedro Alonso dos Ayres, Bernada deEgaz e Joaquim.
Joze Alves de Carvalho	Francisco (defunto)

Fonte: Dados da pesquisa.

Os afilhados são personagens que aparecem nos testamentos beneficiados de forma considerável na partilha dos bens. A condição de afilhado podia vir da ordenança religiosa como sacramento, cerimônia ocorrida na igreja ou da condição em que se processava uma simples ritualização entre pessoas próximas (entre escravos ou entre homens livres), que tinham afinidades ou troca de favores, não sendo tão comum entre senhores e escravos, como defende alguns estudiosos, entre eles Stuart B. Schwartz, em Segredos Internos, mas

reforçava o vínculo familiar patriarcal, analisando pela ótica de família extensa de Gilberto Freire.

A razão de haver nos testamentos doações e determinações tão benevolentes com afilhados seria a presença de valores patriarcais na escolha de padrinhos e madrinhas de cativos, libertos, entre as famílias de posses, criando uma vinculação muito estreita entre padrinhos, afilhados e famílias. Além do que pela ótica católica o “com-padre” teria o lugar de pai tanto para orientar como para socorrer nos momentos de dificuldades da vida, assim havia estabelecida uma relação de cunho vertical (SILVA, 2011).

Mathias Duarte pede que se tomem providências justas para que Antonio receba alguma coisa. Outra face do apadrinhamento seria uma forma de esconder o fruto de relações entre senhores e escravos do qual poderia nascer filhos ilegítimos. Francisco Tavares Coelho que por ser funcionário público e fazendeiro detinha considerável poder econômico e, por consequência, muitos afilhados aos quais não quis nomear, “[...] Deyxo de esmola a Cada afilhado meu macho por meu falecimento hum poldro a Cada hum” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 120).

Mathias Duarte Souza revela o apreço que tem pelo seu afilhado Antonio, pedindo ao seu filho Francisco:

Deixo depois de compridos os meos legados e pagos minhas dividas o Restante de minha terça o deixo a minha mulher e testamenteyra a metade a outra metade igualmente repartida pro Rata com todos os meos filhos e eles Rogo se não esqueção de encomendar a minha pobre alma a Deos, e he minha ultima vontade que o que toca a meu herdeyro Francisco Duarte se lhe faça quinhão no Rapas Antonio para o quinhão de sua herança lhe tocar melhor quinhão o que assim faço pelo amor que tenho ao dito Rapás por ser meu afilhado da Tia (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p.114).

Tabela 3 – Afilhados

TESTADORES	AFILHADOS
Manoel Barbosa de Abreu	Uma afilhada neta de sua mulher
Mathias Duarte Souza	Antonio
Francisco Tavares Coelho	Afilhados machos não nomeado; uma afilhada filha de Euzebio Montello; Quitéria, ilha de Francisco Rodrigues Villas Boas
Manoel Francisco Marques	João - sobrinho e afilhado; Antonia Pinheyro; Roza - sobrinha e afilhada; Antonio Gomes e Maria Jozepha de Siqueira

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3 Ofícios e profissões

Nas descrições dos ofícios, a maioria (80%) ligava-se às atividades de pecuária e agricultura, possuindo fazendas e animais que contavam com a manutenção feita por

escravos, como Manoel Barbosa de Abreu que declarou possuir: “Fazenda da Madre de Deos com os gados vacum que nella se achar cujas terras Sãos próprias da outra banda da Parbahiba, Cavallos, e mais fabricas[...] escravos” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 104).

Dois deles eram padres, sendo um português, João Rodriguez Covette, ele afirma que “[...] meu corpo Serâ sepultado na Cathedral desta cidade no lugar que me he permitido conforme a dignidade de Arcipreste que indignamente occupo, e me acompanharão os meus Reverendos Companheyros Capitularmente” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 104).

E outro nascido em São Luís, Jozé de Figueredo Soldado, esse conta que “[...] acompanhara o meu corpo a sepultura [...] sera em S. João como [...] que dele sou o Reverendo Parocho com a cruz da Fábrica [...] a esmola costumada” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 149). Esse não revelou ter galgado muitas posses nem reivindicou a expressão “filho legítimo”, como os outros, o nome do pai não apareceu, talvez por ser filho de um matrimônio não oficial e posteriormente percorrendo a vida de clérigo como ofício.

Já Thomaz Ferreira Camera, era oficial do exército,

Declaro, que tenho avizado meo Procurador em Lisboa, de que foi bem consultado o requerimento, que fiz a sua Magestade, pedindo-lhe, que ascim como foi Servido mandarme dar o mesmo Soldo de Capitão do Regimento desta praça da quantia de duzentos, trinta mil e quatrocentos reis por anno, mo mandasse dar desde o dia, em que aqui se arregimentarão as Companhias, pois já há muitos anos antes Eu me achava no Exercicio, em que ainda me acho (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 223).

Entre os proprietários, havia alguns de poucas posses e renda, em que pelo registro dos bens arrolados identificam-se instrumentos das atividades ligadas à terra, como cita Manoel Alvres Branco, que deixa:

[...] dois rapazes, um cafuzo [...]duas caixas de três palmos, cada uma de madeira da terra ; dois tamboretas, uma cadeira, um “ catre “; *dois machados pequenos, um ferro de “cova”* com bastante uso; dois lençóis de pano fino da terra, duas toalhas, uma toda “aredada”,duas fronhas de travesseiro de pano fino da terra (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 159).

Dos proprietários bem-sucedidos está Joze Garcia Pereyra, “adquiriu [...] moradas de Cazas, terras, escravos, gado, canoas carros, bois de carro ferramentas e mais [...] tanto de cazas como de minhas fazendas” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 174).

Quanto à educação, onze (73,3%) sabia ler e escrever, dois não especificaram o nível de educação, Manoel Francisco Marques e Miguel Ayres Maravilha. Dois declararam não saber nem ler, nem escrever, sendo eles Manoel Alvres Branco:

[...] e mandey fazer mais esta declaraçao` que assiney Com a minha crus por não`Saber ler nem escrever, e assignou comingo o dito Joze Soares era Retro//Do

testador Manoel Alvres Branco estava hua`crus// A rogo do Testador e Como Testemunha que escrevy esta declaracao` // Joze Soares de Araujo (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 174).

E Manoel Rodrigues Janella:

[...] e por verdade de tudo isto pedi a Gonçallo Xavier Pereira de Leao`, que este me escrevesse, e assignasce *por eu nao` saber ler, nem escrever*, o que tudo se fez no mesmo dia, mês, e anno ut supra.// Assigno a Rogo do Testador Manoel rodrigues Janella Gonçallo Xavier Pereira de Leao (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 185).

4.4 Bens

As origens dos bens de alguns provinham de herança, 13% delas, como é o caso de Miguel Ayres Maravilha:

Declaro que possô oz beins de Rais, moveis e Submoventes ao presente que, Constão de hum rol escrito no fim dexte meu Testamento, e comfio muyto de meus Testamenteiros a boa arrecadação deles, assim descriptos no dito Rol como de outraz miudezas, que Como taes não declaro couza por couzan (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 249).

E Joze Alves de Carvalho, que declara que os bens que lhe “[...] Pertencerao`herdados de legitima de meus Pais, os tenho desposto todos em minha vida pelos mesmos Parentes, a quem/ podiao` pertencer/ digo a quem poderiao`pertencer, que erao` três prazos de bom rendimento” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 249).

Esses dois, por terem bens que eram de família, listavam objetos mais refinados que foram produzidos muito provavelmente na Europa, como: um fagueiro, 12 colheres, 12 garfos de prata, 12 facas, 4 colheres, 4 garfos de prata separados, 1 salva com seu pucaro de prata, “hum par dito prateado”, 3 pares de fivelas de pratas para capatos, escritório, oratório, seis imagens, relógio de parede e um espadim prata.

A maioria possuía poucos escravos e tê-los não indicava necessariamente uma posição financeira destacável, mas com a passagem da mão de obra indígena para africana, a grande quantidade de escravos sim, significava estar em ascensão ou na elite regional. Dos escravos encontrados em registro contabilizam-se 87, alguns não os mencionam. 67% dos testadores possuíam escravos.

Tabela 4 – Escravos

DONOS	Nº DE ESCRAVOS
Pedro Fernandes	4 escravos
Manoel Barbosa de Abreu	37 escravos
Mathias Duarte Souza	?
Francisco Tavares Coelho	10 escravos
Manoel Jorge	4 escravos
Rafael Arcangelo de Souza	2 escravos
José de Figueredo Soldado	?
Manoel Alvres Branco	3 escravos
Joze Garcia Pereyra	Nº não mencionado
Manoel Rodrigues Janella	12 escravos
Thomaz Ferreira Camera	2 escravos
Manoel Francisco Marques	?
Miguel Ayres Maravilha	2 escravos
João Rodriguez Covette	?
Joze Alves de Carvalho	11 escravos

Fonte: Dados da pesquisa.

Sete citaram possuir casas, como Manoel Francisco Marques, que tinha uma morada de casa murada e vizinho de padre Balthazar Fernandes de Bayrros. Dois alegaram ter fazendas e/ou sítios, como é o caso de Manoel Jorge: “[...] Declaro possuir hum sitio aferrado no qual tenho hua´roda de fazer farinha e hu taxo grande e várias miudezas, e cayxas e trastes com a mais roupa de meu uzo” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 122).

Sobre o acúmulo de bens, o que menos possuía era o Capitão do exército da Fazenda da Barra, contando apenas com dois escravos e seu soldo; José de Figueredo Soldado e João Rodriguez Covette eram padres, quanto a escravo não referiram tê-los.

As fazendas não estavam destinadas exclusivamente à criação de animais, mas à produção de alimentos, como farinha, duas delas possuíam rodas de beneficiamento, como a de Francisco Tavares Coelho, “[...] declaro que tenho Rossa, e Roda[...] Rossa Roda com seos apetreixos carro alfayas e toda a ferramenta tao´be´ de Carapina, e armas de fogo as que se acharem selas e freyos das Fabricas” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 118); e Manoel Jorge, que também tinha tacho para produção de aguardente e rapadura em seu alambique, “[...] declaro mais possuir hum sitio aferrado no qual tenho hua´roda de fazer farinha e hu´taxo grande e varias miudezas, e cayxas e trastes com a mais roupa de meu uso” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 123).

Pelo nível de pobreza e dificuldade em adquirir bens, percebe-se que nos testamentos existe a citação de objetos simples, mas para a época eram itens de produção especializada e, por isso, a importância de deixá-los a herdeiros.

Tabela 5 – Objetos

DONOS	OBJETOS
Manoel Jorge	Miudezas, caixas, trastes, roupas, um rolo de pano, sirolas, uma camisa e um habito
Manoel Alvres Branco	2 caixas, 2 tambores, 1 cadeira, 1 catre, 2 machados, 1 ferro de cova, 2 lençois, 2 toalhas e 2 fronhas
Joze Garcia Pereyra	Ferramentas
Manoel Rodrigues Janella	Unas ferramentas, alguns trastes, 2 tambores e um bofete
Manoel Francisco Marques	1 caixa grande, 2 canastra, 1 serra, 1 grão de pedra, 1 enxo, 1 arma de fogo, 1 toalha de Bertanha, 1 almofadinha, 1 rede grande de fio branco e azul,
Miguel Ayres Maravilha	1 fagueiro, 12 colheres, 12 garfos de prata, 12 facas, 4 colheres, 4 garfos de prata separados, 1 salva com seu pucaro de prata, “hum par dito prateado”, 3 pares de fivelas de pratas para capatos
Joze Alves de Carvalho	oratorio, seis imagens, relógio de parede, um guarda roupa, bofetes, cadeiras, tamboretas, baús, trastes, um espadim prata e caixas

Fonte: Dados da pesquisa.

Pedro Fernandes era o que menos bens possuía, dispunha apenas de 4 escravos e eram mulheres, a mais velha, Lina, era cafuza filha de mãe negra e pai índio, acompanhada de uma filha Angela, de 13 anos; Catherina, de 4 anos; e Florencia, de 9 meses; e eram apenas estes bens que tinham para repartir entre seus herdeiros:

[...] declaro que a rapariga Angela assim nomeada a deycha a minha filha Thereza de Jezus da qual me fará a dita minha filha e seu marido os meos sufrágios, cazo sobeje alguma couza má botarão a minha Terça a qual tão bem deycha a dita minha filha para com esta[...] pagar o que ficar devendo da dita rapariga para o monte em o qual emtrará com os mais meos herdeyros para dele selhe fazer partilha ao seu quinhão acazo não chegue a dita rapariga para os ditos meos sufrágios se tirara do monte maior (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 96).

Rafael Arcangelo de Souza segue de forma discreta na quantidade de bens prontos para partilha após sua morte, apesar de deixar expresso que seu corpo seria enterrado na igreja de Santo Antonio, pois tinha condição financeira para tal, possuía apenas dois escravos, Antonio e Costodio, casas de morada e bens móveis.

Manoel Barbosa de Abreu está como o que mais possui escravo, logo um cidadão ao seu tempo, pois a quantidade de escravo já o colocava em evidência entre a elite política e social. Era português de Ponte de Lima, vindo de Oeiras no Piauí, possuindo uma fazenda chamada Madre de Deos, situada na outra banda do rio Parnaíba na freguesia de São Bento das Balzas do Estado do Maranhão. Por ser fazendeiro detinha certo plantel de escravos entre mulatos e crioulos, totalizando 37: Antonio, Luis, Eugenio, Francisco, Francisco Xavier, Manoel, Theodozio, Felicia, Acliciana, Angelo, Roza, Luiza, Luciana, Maria, Juliana, Gertrudes, Vrsula, Guilherme, Lourenso, Monica, Pascoa Gege, Cosme, Damiana, Apolinario, Ludovico, Simião, João, Mariana, Quiteria, Joana, Ignez, Joze Damazo, João Baptista, Diogo Faustino, Jozefa, Andreza, Antonia.

Outro senhor que possuía bens consideráveis era Mathias Duarte Souza, que tinha seis filhos, três homens e três mulheres, mas não fez menção dos bens. As determinações que deixou para serem realizadas em excursões de missas e acompanhamento revela um homem de consideráveis posses, deixando a cargo dos testadores a organização de tais, declarando possuir “[...] alguns bens nesta cidade assim moveis como de rais dos quais não faço menção com individual declaração por fiar de meos Testamenteyros tudo dará a Inventário, como a eu fizera ficando em seu lugar” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 113).

4.5 Negócios e dívidas

A instalação da Companhia do Comércio, em 1755, possibilitou a compra de escravos africanos, mas alguns dos colonos para terem essa aquisição viabilizada alçavam mão de empréstimos uns aos outros, visto que pela conjuntura economia não era tão fácil a quitação dessas dívidas ainda em vida.

Em quase todos os testamentos, seus donos sempre destinaram uma parte para as dívidas que foram contraídas ainda em vida, mas com a iminência da morte, era um de seus últimos desejos que essas questões fossem resolvidas para que houvesse bom legado de seu nome.

Os bens patrimoniais de muitas famílias e proprietários ainda na primeira parte do século estavam se acumulando à base da agricultura e pecuária frágeis, produzindo principalmente para uma demanda do consumo de subsistência e atendimento às necessidades locais, economia organizada também por influência dos jesuítas que exponencialmente aumentavam suas posses e ganhos.

Montando um rol de dívidas adquiridas pelos homens aqui estudados, apenas dois referiram dever à Companhia do Comércio, são eles: Thomaz Ferreira Câmara, que tinha já em seu soldo um desconto da dívida,

[...] declaro, que devo a Companhia Geral do Comercio a quantia de Cento oitenta e trez mil novecento e tantos reis de principal, e juros vencidos até o anno passado, e para sua paga the consignei nos Soldos, que tenho vencido como capitão da Fortaleza da Barra, que Se me Estão a dever, o que consta de hum bilhete, que para esta declaração mandei pedir a dita companhia (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 222).

E Miguel Ayres Maravilha, que declarou que “[...] athe o presente não tenho contaz, nem devo a pessoa alguma, senão a Companhia Geral do Comercio a quem meus Teztamenteyros pagarão prontamente tudo quanto por meu falecimento Constar Serlhe eu devedor” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 248).

Seis não estabeleceram a quem deviam: Pedro Fernandes, Manoel Barbosa de Abreu, Manoel Jorge, Manoel Alvres Branco, Manoel Rodrigues Janella e João Rodriguez Covette.

As dívidas catalogadas variam de 2.000 a 183.000 réis em débitos separados, compreendendo empréstimos, capelas de missas, serviços prestados ao Tribunal de órfãos e até em outros estados como o da Bahia.

Os produtos aos quais estes valores estão atrelados quase não são descritos, mas apenas mencionados nomes dos credores. Em um consolidado em conjunto tem-se:

Tabela 6 – Dívidas

DEVEDORES	VALORES A PAGAR
Mathias Duarte Souza	40.000 réis
Francisco Tavares Coelho	498.640 réis e 12 tostões
José de Figueredo Soldado	6.000 réis
Joze Garcia Pereyra	270.000 réis
Thomaz Ferreira Camera	203. 000 réis
Manoel Francisco Marques	24.030 réis
Joze Alves de Carvalho	16.000 réis

Fonte: Dados da pesquisa.

Alguns tinham dívidas com pessoas em comum, como é o caso de Manoel da Silva, que por ser funcionário público do Almojarife e Alferes, ainda tinha relações de compadrio com Thomaz Ferreira Câmera. Devia-lhe também Jozé de Figueredo Soldado, Manoel Francisco Marques por um empréstimo de vinte mil e setecentos e dez réis e Joze Alves de Carvalho, com este, uma questão se levanta, pois, sobre Manoel da Silva há a suspeição de desvio de conduta em sua função na Fazenda Real,

Declaro que devo a Manoel da silva que foi almojarife desta cidade tenho pago por ele à Fazenda Real de Sua Magestade Fidellissima o que constar, e tão bem tenho uma execução aparelhada contra o mesmo por sentença que contra ele alcancei, e como este se acha com os seus bens Sequestrados, tanto pela dita Fazenda Real, como pela Companhia Geral, senão pode cobrar a dita minha dívida que me parece tem preferência, pagos aquelles Sequestros (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 266).

A vida econômica naquele momento com raízes fundamentalmente no plantio de arroz, milho, cana e criação de boi, vaca para obtenção de leite e couro, era necessária à aquisição de ferramentas e manutenção destas atividades, assim alguns destas dívidas eram por compra e conserto de machados, facões e ferros de cova, utilizados na abertura de pastos, plantio e colheita da lavoura, além da fabricação de instrumentos ligados às montarias e carros de boi para pequenos alambiques.

Outra parte das dívidas dos senhores está ligada à devoção religiosa, votos feitos na iminência da morte, já envolto a alguma enfermidade ou por ser membro de alguma irmandade e com ela ter compromissos firmados por afinidade. Joze Garcia Pereyra, devia dezoito mil réis aos religiosos de Nossa Senhora das Mercês e Thomaz Ferreira Camera, devia promessas, segundo ele, fez “[...] promessas de Esmolla de vinte mil reis, dez para a Capella dos Terceiros de Sam Francisco vindo a ter efeito, e dez para Sam João, que Se darão completaz as condiçoens, com que os dei (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 222).

As dívidas de maiores vultos estão ligadas a credores militares ou a parentes deles, pois eles passavam com regularidade os recursos financeiros em moeda, correspondente a seus soldos. Assim, eram fonte de busca de empréstimos, como fez Francisco Tavares Coelho:

[...] declaro que devo nesta cidade do Maranhao´ a viúva que ficou do capitao´ Guilherme Everton cento e vinte mil reis ou aquilo que constar de minha obrigaçao´ pelos recibos e mayor quantia [...]. Declaro que sou devedor ao Capita´o mor Joze Machado [...] Machado de Miranda de setenta mil reis de mayor quantia (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 119-120)

Desse modo, como estes homens tinham a quem dever, existia quem devia a eles. Os valores que tinham a receber variavam de algumas cabeças de boi a 465.000 réis. Oito não deixaram registros que obrigava a alguém a pagar-lhes algum valor: Pedro Fernandes, Mathias Duarte Souza, Manoel Jorge, José de Figueredo Soldado, Manoel Rodrigues Janella, Manoel Francisco Marques, João Rodriguez Covette e Joze Alves de Carvalho.

Manoel Alvres Branco e Miguel Ayres Maravilha registraram apenas que várias pessoas tinham compromissos com eles na praça.

Tabela 7 – Valores a receber

CREDORES	VALOR A RECEBER
Manoel Barbosa de Abreu	150.000 réis
Francisco Tavares Coelho	205.240 mil réis 12 tostões, solas, bois, vacas, cavalos, mel, chapéu, aguardente e rapadura
Rafael Arcangelo de Souza	1.140 réis
Manoel Alvres Branco	Valor não especificado
Joze Garcia Pereyra	103.650 réis
Thomaz Ferreira Camera	465.000 réis
Miguel Ayres Maravilha	Valor não especificado

Fonte: Dados da pesquisa.

Fazendo um comparativo entre o que se deveria pagar e receber, tem-se um comparativo da situação financeira que os testamenteiros deveriam administrar:

Tabela 8 – Contas

NOMES	PAGAR	RECEBER	SALDO POSITIVO	SALDO NEGATIVO
Pedro Fernandes	-	-	-	-
Manoel Barbosa de Abreu	-	150.000 réis	150.000 réis	-
Mathias Duarte Souza	40.000 réis	-	-	40.000 réis
Francisco Tavares Coelho	498.640 réis	205.240 réis	-	294.400 réis
Manoel Jorge	-	-	-	-
Rafael Arcangelo de Souza	-	1.140 réis	1.140 réis	-
José de Figueredo Soldado	6.000 réis	-	-	6.000 réis
Manoel Alvres Branco	-	não espec.	-	não espec.
Joze Garcia Pereyra	270.000 réis	103.650 réis	-	166.350 réis
Manoel Rodrigues Janelia	-	-	-	-
Thomaz Ferreira Camera	203.000 réis	465.000 réis	262.000 mil réis	
Manoel Francisco Marques	24.030 réis	-	-	24.030 réis
Miguel Ayres Maravilha	-	não espec.	-	não espec.
João Rodriguez Covette	-	-	-	-
Joze Alves de Carvalho	16.000 réis	-	-	16.000 réis

Fonte: Dados da pesquisa.

4.6 Distribuição de bens e herdeiros

O modo como os testamentos eram feitos, seguia uma legislação baseada nas “Ordenações Filipinas de 1603”, em que o que concerne à herança no Brasil deveria ser dividida em partes iguais entre os herdeiros, sem distinção de sexo. Assim, sendo o testador casado, seus bens deveriam ser divididos em seis partes iguais: três destinadas ao cônjuge sobrevivente, duas aos herdeiros necessários e forçados e a última sexta parte, denominada “terça”, era uma “doação livre”, destinada entre outras coisas à salvação da alma, enterramento, compra de mortalha, esmolas e missas (CAMPOS, 2010).

Na distribuição desses bens, alguns dos contemplados tinham seu nome entre os testamentários, ou seja, além de ter a responsabilidade de cuidar das determinações, tinha parte na “terça”, na parte dos herdeiros ou era cônjuge. Outra situação é a qual quem fica com a herança é a própria alma do testador, mesmo esses testadores possuindo filhos vivos.

Esse é o caso de Manoel Jorge, que tinha como filhos vivos Eugenio, Joze e Luis, “[...] declaro e instituo por minha universal herdr^a minha alma depois de pagas minhas dividas funerais e sufrágios pella pouca de bens, por ascim ser minha vontade” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 104); e Manoel Francisco Marques, que tinha também vivo o filho Pedro Paulo, “[...] como o mais que instituirei minha alma por minha Universal herdeira” (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 119).

Não foi encontrado nenhum afilhado que tenha recebido na condição de herdeiro alguma herança. Já na condição de testamentários e herdeiros estão:

Tabela 9 – Herdeiros e testamentários

TESTADORES	HERDEIROS	TESTAMENTARIOS
Pedro Fernandes	Frutuzo Duarte Cardoso Tereza de Jezus	1 - Cahetano Gomes Serejo 2 - filho - Frutuozo Duarte Cardoso 3 - Joze Venseslão
Mathias Duarte Souza	Esposa e filhos	1 - esposa - Roza da Assunção 2 - filho - Francisco Duarte 3 - João Teixeira Cardozo
Rafael Arcangelo de Souza	Francisca Thereza	1 - irmão - Francisco Duarte 2 - sr. Francisco Armando Lanç. 3 - esposa - Francisca Thereza
Joze Garcia Pereyra	Todos os filhos	1 - compadre - João de Amorim Ribeiro 2 - filho - Antonio Nogueyra
Manoel Rodrigues Janella	Sua esposa Dona Isabel de Castilho	1 - esposa - Isabel Castilho 2 - Francisco Duarte de Souza 3 - Sebastião Lourenço
João Rodriguez Covette	Padre Manoel Rodrigues Covette Padre Antonio Luis Covette Irmã Maria Rodriguez	1- sobrinho - Padre Manoel Rodrigues Covette 2 - capitão - Antonio da Rocha Araujo 3 - capitão Domingos da Rocha Araujo

Fonte: Dados da pesquisa.

Na partilha dos bens a herdeiros, um caso que chama atenção é o de uma moça cujos pais não são mencionados nem é nomeada entre os afilhados, mas que teve sua criação e educação custeada por Francisco Tavares Coelho, ele em nenhum momento assumiu a paternidade, apenas refere-se que há comentários de que a moça era sua filha. Porém, com as medidas que ele tomou, como casá-la em sua própria residência, dá muita margem para o entendimento de que ele sabia que era o verdadeiro pai, até porque com a morte dela, ele tomou medidas específicas para com os filhos dela, que no caso seriam seus netos, a eles deixando cinquenta vacas, dez éguas e cento e quarenta mil réis, sendo que o pai das crianças não poderia se apropriar indevidamente, assim registra-se no testamento:

[...] declaro que devo mais ao Tribunal dos Orphãos da Parnahiba cento e quarenta e dous mil reis a juro ou o que verdade se achar que pertence aos menores filhos de Antonio Alvras Pereyra de que ele he tutor o qual Antonio Alvras o Casey em minha caza com hua rapariga e a qual mandey crear e ensinar e por morte da dita que morreu de parto deyxou eles dois filhos e dizem que ella era minha filha e assim me mandou citar em trinta e nove para se habilitar e sendo estejam habilitados entrarao`na herança com a minha herdeyra, advertindo que entrarão` com sincoenta vacas e des egoas e cento e quarenta mil reis como assima declaro e Sendo que fiquem herdeyros pesso ao dito Juis de Orphao`s fazendo Inventario; lhe nomeye tutor para o que Pay na`o depois de emansepados mo quiserem dar e no Cazo que Se na`o habilitem por sentença se lhes dará`o sempre a meu afilhado Francisco por esmola des poldos, e a fêmea des poldos femeas isto he no cazo que se na`o habilitem e Sendo habilitados lhes na`o deyxo esmola para que [...] para que se na`o apague`a [...] ponto (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 119).

Francisco Tavares Coelho cita que nunca havia casado, mas que tinha uma filha por nome Nazaria Tavares Coelho, que estava no rol de herdeiros juntamente com João Carvalho Monteyro, tratado como apenas um morador da cidade de São Luís, mas provavelmente mais um de seus filhos.

Houve casos interessantes de como era a ligação afetiva de senhores e escravos, em que não se encontra frieza e sim ações que demonstravam apreço e cuidado com seus criados, mesmo sendo moradores de propriedades distantes. Francisco Tavares Coelho é um exemplo de alguém que dispensou cuidados com seus moradores, mas não se pode ter a ilusão de que eram providências imerecidas, afinal seus servos eram também escravos que deram suas vidas em serviços cheios de sofrimentos e agruras,

[...] declaro que em S. Joao` se acha morador Joze de Sa Bezerra com sua mulher e filho e hum compadre meu seu genro chamado Francisco Rodrigues Villas Boas os quais pesso e rogo a meos testamenteyros e herdeiros os conservem por serem pessoas pobres e o não` terem terras próprias, e quando meos herdeyros corrao` com os ditos he minha vontade que o dito Joze de Sa e o dito meu compadre[...] Compadre façao` currais da outra banda da Varge Grande terras que me pertencem na dita que comprey a Manoel Vas de Carvalho das quais faço esmola a minha afilhada Quiteria filha do dito Francisco Rodrigues Villas Boas, e por meu falecimento poderao` tomar posse do que se achar do marco que se acha na Ponta de Bayxa das Galinhas abeyrando o Cocal da outra banda do Rio bem na bayxada as quais faço mercê a dita minha Afilhada Quiteria, e quando corrao` com eles poderao` viver na dita terra em quanto vivos ficando sempre por Senhora da dita terra a dita minha afilhada [sic], e possuidora della (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p.117).

4.7 Motivos para fazer o testamento (medos, saúde, religiosidade e devoção)

A compreensão europeia sobre a morte, que havia no final do século XIV, e que perdurava no século XVIII, continha uma visão escatológica de aniquilação universal do homem de forma moral e física. Logo, era preciso buscar o apego aos mandamentos de Deus, praticar o bem, para só assim ganhar a salvação eterna da alma. A prática do bem incluía, nesse contexto, declarar a fé no credo romano, instituído na Igreja Católica, estabelecendo devoção aos santos, sendo que em primeiro lugar deveria haver a crença fiel e o rogo à Trindade, aos santos, estendendo-os a mulheres e homens que já falecidos compunham a corte celestial na condição de intercessores dos vivos, tudo isto a um custo de moedas ou doações (DELUMEAU, 1989).

Os motivos que levaram as pessoas a fazerem seus testamentos transcendem o mero cuidado com os bens construídos e recebidos, transmitidos para uma geração seguinte, em que os descendentes teriam posse desses meios para se manterem em um mesmo padrão de vida e/ou gerar mais riqueza. As determinações e legações estavam carregadas de valores patrimoniais e sentimentais, também ligadas à religiosidade praticada fundamentalmente pela Igreja Católica.

A visão religiosa de céu e inferno foi acrescida na Idade Média com o lugar do purgatório, onde almas permaneciam até serem totalmente purificadas e para tal teriam que pagar um preço pelos seus pecados. Havia uma vida religiosa regulada pela doutrina da Igreja Católica, já que as vilas e povoações tiveram suas origens principalmente ao redor de capelas e cemitérios. A morte era cercada sempre de um ritual importante dentro das comunidades, levando todos a se contristarem diante do falecimento de alguém, em que preces eram realizadas durante o enterro e marcadas para serem repetidas durante dias, meses e anos determinados, tudo isso para garantir a salvação da alma daquele que estava no purgatório (DAVES, 1998).

Fica notória a preocupação pelo repouso da alma e o aguardo do juízo final. O testamento nesse aspecto cumpria a função de externar essa preocupação.

“Passaporte para o céu”, “salvo conduto na terra”, o testamento pôde ser comparado a um contrato feito entre o indivíduo e Deus, assegurado pela Igreja, e que tinha duas finalidades: garantir a aquisição dos bens eternos viabilizados pelas missas mediante o pagamento em dinheiro, e ao mesmo tempo, permitir o usufruto dos prazeres da vida através da reconciliação final presente no ato de testar. Tudo se passava como se o testamento pudesse reabilitar uma vida de pecados ao entronizar as ideias de salvação e de piedade para com os mortos (DAVES, 1998, p. 66).

Assim, na estrutura do testamento há uma primeira parte que se destina às disposições consideradas justas para a própria alma, para a alma dos parentes e amigos, para os intercessores celestes e santos de devoção pessoal, bem como para as almas do purgatório, a invocação da Santíssima Trindade; vem então um breve histórico quanto à naturalidade, recomendações de como tratar os assuntos financeiro, reconhecimento de filiações, desejos de alforria, distribuição de bens, logo depois aparecem os outros legados, os quais são ações de misericórdias, como esmolas para os pobres, os órfãos, viúvas, remissão de cativos, edificações de hospitais, obras de irmandades e outras determinações (DAVES, 1998, p. 66).

Para a alma ser salva, deveria obedecer há uma estrutura de intercessores, os quais eram citados de forma muito similar nos testamentos:

[...] primeiramente creyo em tudo aquilo, que cre e emSina a Santa Madre Igreja de Roma, como Verdadeyro e fiel Christão, e nessta fe ezpero salvarme, não por meus merecimento, mas Sim pelos da morte e payxam do Uni[...] Unigenito Filho de Deoz e rogo a gloriosa virgem Maria May de Deoz, e a todos os Santos, e Santas da Corte Celestial particularmente ao meu Anjo da guarda, e a todos os Santos da minha devoção queyrão interceder, e Rogar por mim, naquela tremenda hora, para que minha alma não seja tentada do inimigo Infernal (DAVES, 1998, p. 119).

Quanto à saúde dos indivíduos no momento de fazerem os testamentos, 60% deles referiram estar em pé, sem doença alguma, com saúde, rijo, valente, em perfeito juízo e entendimento, 40% relataram condições como doente de cama e muito molestado. Mas todos

revelavam o temor da morte e grande preocupação de colocar suas almas no caminho da salvação. Pedro Fernandes registra:

[...] estando em meu perfeito juízo e entendimento que Deos [...] Deos Nosso Senhor me deu e cego dos olhos temendo-me da morte e desejando por minha alma no Caminho da Salvação, e por não Saber o que Deos Nosso Senhor de mim quer fazer e quando será servido levarme para sy faço este meu Testamento (DAVES, 1998, p. 95).

Tabela 10 – Saúde

TESTADORES	SAÚDE
Pedro Fernandes	Cego
Manoel Barbosa de Abreu	Em pé
Mathias Duarte Souza	Molestado
Francisco Tavares Coelho	Em pé sem doença
Manoel Jorge	Perfeito juízo e entendimento
Rafael Arcangelo de Souza	Doente de cama
José de Figueredo Soldado	Doente
Manoel Alvres Branco	Com saúde, perfeito juízo
Joze Garcia Pereyra	Doente de cama
Manoel Rodrigues Janella	Molestado
Thomaz Ferreira Camera	Bom, rijo, valente, andando, perf. Juízo
Manoel Francisco Marques	Juízo perfeito, e entendimento
Miguel Ayres Maravilha	Sem moléstia, perf. juízo e entendimento
João Rodriguez Covette	Perfeito juízo
Joze Alves de Carvalho	Perfeito juízo e entendimento

Fonte: Dados da pesquisa.

Como todos eram católicos, alguns não se privaram de relatarem estar ligados a alguma ordem religiosa que, além de ajudarem no enterro e determinações, receberiam pagamentos por algum serviço fúnebre e doações generosas,

[...] meu corpo sera sepultado na Cappella [...] Bom Jezus dos Santos Passos a quem sou Irmão` amortalhado com hum lençol acompanhado pelo Reverendo vigário, e Seu sacristão` com a cruz da Fabrica [...] como tao` bem sera meu corpo acompanhado pella comunidade dos Religiozos do Carmo, Rogo ao Provedor e mais Irmaos` das Santas almas de quem sou Irmão` levem meu corpo a sepultura na tumba da Irma`dade com sua cruz, e bandeyra como he costume (DAVES, 1998, p. 173).

Cinco pertenciam a uma ordem ou irmandade:

Tabela 11 – Irmandades

TESTADORES	IRMANDADES / ORDENS RELIGIOSAS
Joze Garcia Pereyra	*Bom Jezus dos Santos Passos das Santas almas
Manoel Francisco Marques	*Da Virgem da Nossa Senhora da Conceição
Miguel Ayres Maravilha	*Confraria dos Santos Passos
João Rodriguez Covette	*Santíssima Sacramento *Ordem Terceyra do Nosso Padre São Francisco
Joze Alves de Carvalho	*Veneravel Ordem Terceiras do meu *Serafico Patriarca São Francisco *Irmandade do Senhor Bom Jezus dos Passos

Fonte: Dados da pesquisa.

Nas partes iniciais dos testamentos é comum a declaração de rogos à Trindade, aos santos da corte, à Virgem santíssima, ao anjo da guarda e aos santos do nome do testador, assim a preferência em pedir mais a uns do que a outros.

Tabela 12 – Devoções

SANTOS DE DEVOÇÃO	QUANTIDADE DE ROGOS
Trindade	5
Virgem Maria	10
Bom Jesus da Piedade	1
Santos e santas da corte celestial	10
Virgem Conceição	1
Anjo da guarda	5
São Pedro	2
São Paulo	2
São Mathias	1
São Rafael	1
São José	3
São Manoel	2
São Francisco	2

Fonte: Dados da pesquisa.

4.8 LOCAL DE SEPULTAMENTO, ORIENTAÇÃO PÓS-MORTE (ESPIRITUAIS E PATRIMONIAIS), MISSAS E DETERMINAÇÕES

Os sepultamentos no início da era cristã aconteciam fora das cercanias das cidades, tanto para evitar a contato com restos mortais quanto pelo medo de que os mortos pudessem voltar e perturbar os vivos, porém, com a chegada da Idade Média as mentalidades e práticas começaram a mudar, cristãos procuraram aproximar-se dos túmulos para assim proteger e preservar a salvação dos falecidos. Desse modo, os enterros passaram para os arredores da igreja e adentraram os umbrais, laterais das paredes, indo até a base do altar (BRAVO, 2012).

Esse procedimento ficou conhecido como *ad sanctos apud ecclesiam*, que significava sepultamento feito dentro da igreja, tornou-se prática comum na América portuguesa até meados do século XVIII, quando que por influência iluminista se realojaram em cemitério a céu aberto até mesmo por recomendações médicas, evitando assim a contaminação e proliferação de doenças (BRAVO, 2012).

Um aspecto muito importante era disposição geográfica dos túmulos, ditados pela condição hierárquica dos mortos, logo, quem possuía maior importância e riqueza, ficava mais perto do altar e quanto mais afastados menos bens detinham. A filiação a uma irmandade tornava-se mais que uma grande oportunidade de ser enterrado dentro de uma igreja, era a garantia de um acompanhamento do funeral ao enterro. Os escravos e negros procuravam esta filiação para terem o direito de serem enterrados dentro dos padrões praticados e não terem seus corpos colocados em cemitérios com o risco de profanação (BRAVO, 2012).

As determinações deixadas pelo morto poderiam trazer também riscos aos testadores, uma vez que toda aquela montagem se baseava no que era pregado pela igreja para a salvação da alma, muitos pedidos iam aos poucos dilapidando os recursos deixados para a realização de missas, esmolas deixadas a pobres, valores piedosos deixados para obras religiosas, funerais vultosos, alforria de escravos (RODRIGUES, 2008).

Muitos na hora de decidir onde seu corpo seria velado, escolhiam pela ordem e capela onde tinham sua devoção ou a igreja onde pertenciam a alguma irmandade, cinco escolheram capelas para serem enterrados e nove declaram que seu sepultamento seria em uma igreja, apenas um dos testadores determinaram sepultamento em um lugar que não fosse uma igreja ou capela, talvez o apego a sua fazenda e por não morar perto das mesmas, não tendo, assim, um vínculo muito próximo com alguma comunidade religiosa local, porém

deixou escrito que os seus ossos poderiam ser depositados na Matriz da Nossa Senhora da Vitoria, é ele Manoel Barbosa de Abreu que determina:

[...] declaro que meo corpo será sepultado, sendo faleça na dita minha fazenda, em hum Cemiterio, que se acha benzido logar destinado para isso, e não sendo na minha fazenda, na Igreja mais vizinha ao meu falecimento: amortalhado em o habito do Glorioso Padre São Francisco havendo[?], ou alias em hum Lençol acompanhado por todos os sacerdotes que se acharem, que me dirão Missa por minha alma e se fará hum Officio de corpo presente, ou em outro qualquer dia desempedido. E sendo caso que falessa em parte deserta, e por cauza dos Longe seja enterrado em parte herma, meus testamenteyros passado hum anno e dias mandaraõ trasladar meus ossos, para o dito Cemiterio, ou para a Matriz de Nossa Senhora da Victoria donde se me fara hum officio de corpo presente com missas por minha alma (MOTA; SILVA; MANTOVANI, 2001, p. 103).

Tabela 13 – Sepultamento

TESTADORES	LOCAL DE SEPULTAMENTO
Pedro Fernandes	Igreja de São João
Manoel Barbosa de Abreu	Em sua fazenda
Mathias Duarte Souza	Capela do Senhor do Bom Jezus dos Santos Passos
Francisco Tavares Coelho	Igreja de Santo Antonio
Manoel Jorge	Igreja (não nomeou)
Rafael Arcangelo de Souza	Igreja de Santo Antonio
José de Figueredo Soldado	Igreja de São João
Manoel Alvres Branco	Igreja de São João Batista
Joze Garcia Pereyra	Capella do Bom Jezus dos Santos Passos
Manoel Rodrigues Janella	Igreja de Santo Antonio ou na cova do Capitão Mor Francisco Pereira
Thomaz Ferreira Camera	Capella do Carmo
Manoel Francisco Marques	Igreja de São João
Miguel Ayres Maravilha	Capela da Veneravel Ordem Terceira da Penintecia de Nosso Santo Padre São Francisco
João Rodriguez Covette	Cathedral da Cidade
Joze Alves de Carvalho	Capela da Veneravel Ordem Terceira da Penintecia de Nosso Santo Padre São Francisco

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, estabelecia-se um verdadeiro comércio da salvação, que garantia o recebimento para a igreja de esmolas, acompanhamento fúnebre e as mais variadas quantias de missas de corpo presente quanto completasse dias, meses e anos do falecimento. Nesse ponto, as reformas Pombalinas trouxeram uma regulação e controle das ações desta indústria eclesiástica. Uma das medidas foram as leis de 25 de junho de 1766 e de 9 de setembro de 1769, que buscaram limitar os testamentos que privassem os herdeiros legítimos em favor das associações religiosas regulares ou seculares (RODRIGUES, 2008).

Na primeira, foram proibidos e declarados nulos os testamentos escritos por qualquer pessoa, secular ou eclesiástica, a favor de sua família ou parente ou, ainda, a qualquer confraria ou corporação religiosa, feitos após o início de doença grave ou aguda do testador. Excetuando-se desta disposição os casos em que os testadores dispusessem dos seus bens a favor dos pais, filhos ou, não os tendo, de irmãos,

sobrinhos diretos ou primos coirmãos. Admitir-se-iam legados às comunidades eclesíásticas, seculares ou regulares desde que não excedessem três a cinco missas de esmola ordinária para cada um dos seus sacerdotes. Tal determinação ensejou interpretações contraditórias por parte de juízes executores, bem como polêmicas, levando o governo pombalino a tentar limitar mais severamente a faculdade de testar, através da lei de 1769, que procurou ampliar os direitos dos herdeiros legítimos, ao abranger os parentes colaterais até o quarto grau e ao estabelecer que a terça só podia ser atribuída a pessoas estranhas à família quando se tratasse de bens adquiridos (RODRIGUES, 2008, p. 4).

As missas como a moeda prática para o acerto que garantia da salvação da alma, tinham vários destinatários, que seriam intercessores do falecido, lembrando que ressaltavam antes o sangue e a paixão do Unigênito Filho de Deus, elemento principal neste processo. Dois destes falecidos (Francisco Tavares Coelho e Manoel Jorge), apesar de sepultados dentro de igrejas, não determinaram o pagamento de missas pela sua alma, de parentes ou santos. Entre os que receberam missas estão:

Tabela 14 – Missas, Ofícios e Capelas

ENCOMENDADA A (AO):	MISSAS	OFÍCIO	CAPELA
Almas no purgatório	78	-	5
Altar privilegiado	6	-	-
Anjo da guarda	28	-	-
Avós	-	-	1
Corpo presente	15	-	-
Corte celestial	10	-	-
Escravos	-	-	2
Filhos	1	-	3
Jesus Cristo	2	-	-
Mulher	2	1	2
Nossa Senhora da Oliveira	2	-	-
Pais	6	-	3
Santa Anna	2	-	-
Santa Maria	10	-	-
Santa Maria Madalena	10	-	-
Santa Nazaré	2	-	-
Santa Virgem Nossa Senhora	5	-	-
Santíssima Trindade	3	-	-
Santíssimo Sacramento	5	-	-
Santo Antonio	11	-	5
São Bartolomeu	2	-	-
São Damião	10	-	-
São Domingos	1	-	-
São Francisco das Chagas	5	-	-
São Gil	10	-	-
São Jerônimo	2	-	-
São João Batista	1	-	-
São Joaquim	2	-	-
São José	3	-	-
São Miguel	6	-	-
São Pedro	12	-	-
São Rafael	1	-	-
São Raimundo	2	-	-
Senhora da Boa vontade	2	-	-

Senhora da Piedade	5	-	-
Senhora Docarmo	5		2
Senhora do Rosário	8		
Senhor Bom Jesus dos Santos Passos	5		
Sua Alma		2	5
Tio	20		
Virgem Conceição	9		
Virgem Nossa S. Madre Deos	20		
Virgem Santíssima S. da Boa Morte	5		
TOTAL	334	3	28

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida nos tempos iniciais da colonização no Brasil, em particular no Maranhão, foi de uma débil exploração de madeira e muitas tentativas de comunicação com nativos. Depois das décadas iniciais é que se deu a efetivação do estabelecimento de um sentido econômico para geração de rendas para a coroa, a essa altura a colônia tornava-se o lar dos desembarcados degredados, desventurados, alguns eram homens que não lograram sucesso em terras lusitanas principalmente ou em outras colônias e que por algum motivo, incluindo a busca de *status* de nobreza, tiveram nessa região seu ancoradouro e a oportunidade de galgar seus projetos de vida.

A introdução dos colonos implicava em um emaranhado de estratagemas com nativos, envolvendo trocas, enganos, prisões, cativeiros e escravizações. Tudo é claro regulado por um ordenamento jurídico de privilégios aos senhores e desfavor quase sempre sobre o servo.

Assim, os homens e o modo de viver foram se ajustando para construir uma economia de sentido mercantil, estabelecendo relações de poder e submissão. O padrão servil, matrimonial e social deveria ser o europeu, mas era um mundo novo que exigia também posturas diferentes quando necessário.

Esse novo ambiente foi amadurecendo suas relações sócio-políticas com o auxílio dos pilares religiosos, dinamizando uma sociedade de miscigenações, servidão, paternidades legítimas e ilegítimas, casamentos arranjados e necessários, algumas vezes para a preservação da honra ou do patrimônio.

Para exemplificar essas vivências, os testamentos são objetos de estudos que permitem perceber usos, costumes, práticas religiosas e comerciais que descrevem o comportamento de testadores que pertenciam ao clero, à administração pública e a outros que eram fazendeiros. Outro aspecto que se abre ao desvendamento são as relações entre familiares, parentes e agregados, nesse caso, o curioso é entender a transcendência do valor dos escravos, que ao que parece em muito se justifica a ideia de Gilberto Freire sobre o patriarcado, em que a presença de sentimentos afeiçoados permeiam as alegações testamentárias, recebendo os servos favores de alforria, moradia e bens que alcançava seus descendentes.

Esse indivíduo colonial lutou de ambos os lados, de um nutria os planos da sobrevivência e ascensão social, apegados a seus cargos e funções públicas e ofício sacerdotal, acumulando e comprando bens. Esses fariam parte do rol de legados a serem

transmitidos a seus herdeiros, logo havia dignidade e honra em compor uma sociedade que se assemelhava à europeia. Do outro lado estavam índios, negros e suas crias, relutando ou adaptando-se ao sistema servil escravista que lhes proporcionava abusos e violência.

A documentação analisada permite perceber, por meio do preenchimento da estrutura do testamento e pelas entrelinhas, o aspecto material fruto de trabalho, nível social pelas heranças deixadas, a afeição nas relações de compadrio que em tese podem camuflar laços consanguíneos como paternidades. Além disso, traz descrição minuciosa sobre a religiosidade de uma comunidade e de uma época, em que medos e perspectivas afloram, juntamente com projetos para os que ficam como para o pós-morte do testador.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. [S.l.]: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p. (Biblioteca básica brasileira).
- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado**. Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 303-330, Dec. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- AQUINO, Paula. **História do Maranhão**. [201-?]. Disponível em: <<http://www.cursoavancos.com.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos. **Histórica**, Revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 6, 2001.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 117, nov. 2002.
- ASSUNÇÃO, Dilcilene. **A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão: a introdução regular do tráfico negreiro – sécs. XVIII e XIX. Amazônia Grão-Pará**, [20--?]. Disponível: <www.amazoniagraopara.ufpa.br>. Acesso em: 30 nov. 2015.
- BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. Relações de produção na agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929). **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 17-27, jul. /Dez. 2005.
- BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. O arroz de Veneza e os trabalhadores de Guiné: a lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800). **Outros Tempos**, v. 8, n. 12, dez. 2011. (Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana).
- BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2015.
- BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Doação e família nos testamentos de Curitiba e São José dos Pinhais, século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16. 2008. Caxambú. **Anais...** Caxambú: ABEP, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- BOURDIEU, Pierre. Masculine domination revisited. **Berkeley Journal of Sociology**, n. 41, p. 189-203, 1997.
- BRAVO, Milra Nascimento. Cemitérios (dos) desprivilegiados no Rio de Janeiro escravista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 15. 2012. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2012.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. São Luís: Café & Lápis; FAPEMA, 2010. 367p.
- CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; CRAMER, Luciana; NETTO, Alcielis de Paula. Relações de gênero na polícia: a construção das representações sociais do masculino e do feminino em uma organização militar. In: Encontro Nacional da ANPAD, 2001. Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo, 1870-1920**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Gênero e conforto nas práticas cotidianas do sentar-se. São Paulo (Brasil), 1870-1920. In: COLÓQUIO DE ARTES DECORATIVAS DA ESAD/FRESS O MÓVEL E O SEU ESPAÇO, 4. 2012. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Escola Superior de Artes Decorativas, 2012.
- CASTROWEB. 2016. **Apostila Opção, História do Maranhão**. Disponível em: <<http://castroweb.com.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, dez. 2006.
- CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M. Z.; LAMPERE, L. (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65-94.
- CONNELL, R. W. **Gender and power: society, the person and sexual politics**. Stanford: University Press, Stanford., 1987
- CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.
- COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís. Edufma, 2004.
- DAVES, Alexandre Prereira. **Viadades das vaidades: os homens, a morte e a religião nos testamentos da comarca do Rio das Velhas (1716-1775)**. Belo Horizonte: [s.n.], 1998.
- DEL PRIORE, Mary. Ritos da vida privada. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.
- ERICEIRA, Fernando Jorge. **História da contabilidade no Maranhão**. São Luís: Gráfica Aquarela, 2007. 281p.
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (Coleção Histórias do Brasil).
- FERREIRA, Antonio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. São Paulo. Programa de pós-graduação em geografia humana, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.
- FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.
- GAIOSO, Raimundo José de Souza. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. São Luís: Editora Geia, 2011.
- GASPARETTO JUNIOR, Antônio. **Patriarcalismo. Info Escola**, 2016. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 47-57, 2005.
- GONÇALVES, Bruno Tadeu Radtke; BERGARA, Paola Neves dos Santos. A Revolução Francesa e seus reflexos nos Direitos Humanos. **Intertemas**, v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/>>. Acesso em: 3 mar. 2016.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. In: _____. **A época colonial: do descobrimento à expansão territorial**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- KAUFMAN, M. The construction of masculinity and the triad of men's violence. In: KAUFMAN, M. (Ed.) **Beyondpatriarchy**. Toronto; New York: Oxford University Press, 1987.
- LIMA, Edyene Moraes dos. **Honradas famílias: poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. 2009.
- LOWE, D. M. **The body in late-capitalist USA**. Durham: Duke University Press, 1995.
- MARANHÃO, Milena Fernandes. **A opulência relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682)**. Bauru: EDUSC, 2010. 362 p.
- MATTOS, Yllan de. **A última inquisição: os meios de ação e funcionamento do Santo Ofício no Grão-Pará pombalino (1750-1774)**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.
- MEIRELES, Mário Martins. **Junta comercial do Estado do Maranhão**. 2. ed. São Luís: JUCEMA, 2006. 112 p. São Luís.

MOTA, Antônia da Silva. **Família e fortuna no Maranhão Colonial**. São Luís: EDUFMA, 2006. (Coleção de Teses e dissertações).

MOTA, Antônia da Silva; SILVA, Kelcilene Rose; MANTOVANI, José Dervil. **Criptomaranhense e seu legado**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840 e 1889)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

NIKOLAI, Aksana. **Que roupas eram usadas na época colonial?**. Ehow. 2012. Disponível em: <www.ehow.com.br>. Acesso em: 16 mar. 2016.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador. 2000.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. A Vila de Bragança, rios e caminhos: 1750-1753. **Revista Mosaico**, v. 1, n. 2, p. 188-197, jul/dez. 2008.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo ANPUH, 2011.

OLIVEIRA, Márcio de. Representações coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul. /dez. 2012.

ORTNER, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1979. p. 95-120.

PATIAS, Naiana Dapieve; CANCIAN, Viviane Ache. Reflexões acerca da epistemologia presente na prática dos docentes. In: JORNADA DE EDUCAÇÃO, 2006. **Anais...** [S.l.]: UNIFRA, 2006.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. Formação econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7. 2015. [S.l.]. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2015.

PFLUEGER, Grete Soares. **De Tapuitapera a Villa D'Alcântara: estudo sobre a formação da cidade de Alcântara no Maranhão**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. 2002.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. O casamento no Brasil Colonial: um ensaio historiográfico. **Tempo de Histórias**, n. 9, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RADTKE, Bruno Tadeu; GONÇALVES, Paola Neves dos Santos. A revolução francesa e seus reflexos nos direitos humanos. **Encontro de Iniciação Científica**, v. 4, n. 4, 2008.

REIS, Adriana Dantas. Gênero, patriarcado e a história da escravidão no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2001.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Maringá**, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011

REVISTA ELETRÔNICA DA TOLEDO PRUDENTE. 2015. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

RODRIGUES, Cláudia. As leis testamentárias de 1765 e 1769 no contexto das “reformas pombalinas” no mundo luso-brasileiro. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA, 13. 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2008.

RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. A atuação da companhia geral de comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778. ‘Usos do Passado’. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12. 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2006.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65-94.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos Santos. Os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780). In: _____. **Temas Setenticistas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, Fabrício Lyrio. Aldeamentos e política colonial no Século XVIII: a propósito da expulsão dos jesuítas. In: _____. **Os jesuítas e os sertões no século XVIII: aldeamentos e política missionária**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2002.

SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. 1755: o ano da virada na Amazônia portuguesa. **Somanlu**, ano 8, n. 2, jul. /dez. 2008.

SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. Resistência e adaptação nas vilas do Diretório dos Índios: políticas indígenas no último quartel do século XVIII. In: Encontro Internacional de História Colonial Belém, 4. 2012. Belém. **Anais...** Belém: [s.n.], 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul. /dez. 1995.

SILVA, Aryanne Faustina da. A prática testamentária no Rio de Janeiro colonial (1700-1808): uma proposta de trabalho. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28. 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2015.

SILVA, Aryanne Faustina da; RODRIGUES, Claudia. O testamento e o seu “fazer” no Rio de Janeiro setecentista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15. 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2012.

SILVA, Cristiano Lima da. Senhores e também padrinhos: relações de compadrio e as alforrias na pia batismal em São João del-Rei (1750-1850). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

SILVA, Maria Celeste Gomes da. Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão Colonial: 1755-1800. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE DO BRASIL MERIDIONAL, 6. 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

SILVA, Renata Carvalho. Outros Tempos. **Dossiê religião e religiosidade**, v. 5, n. 6, dez. 2008.

SILVA, Rodrigo. A história da sexualidade 1: vontade de saber (Focault). **R-História**, 17 jun. 2011. Disponível em: <<http://filosofoabstrato.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SOARES, Teixeira. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, v. 36).

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SWAIN, Tânia Navarro. A construção imaginária da História e dos gêneros. In: ALMEIDA, Jaime de (Org.). **Caminhos da história da América no Brasil**: tendências e contornos de um campo historiográfico. Brasília, DF: ANPHLAC, 1998.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, v. 24, p. 127-152, 2005.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão**: 1896-1934. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992.